

Documentos genéricos

[Handwritten signatures]



- Relação nominal de responsáveis pela execução financeira e/ou orçamental no período de relato
- Responsáveis pelas demonstrações financeiras (SNC-AP)
- Responsáveis pelas demonstrações orçamentais (SNC-AP)
- Ata da reunião de apreciação das contas pelo órgão competente
- Ata da reunião de aprovação das contas pelo órgão competente
 - Certificação legal de contas
- Relatório e Parecer do órgão de fiscalização
 - Caracterização da entidade
 - Mapa dos investimentos financeiros
 - Mapa de acumulação de funções
- Certidões ou extratos bancários dos saldos bancários reportados ao fim do exercício
 - Reconciliações bancárias
 - Síntese das reconciliações bancárias
- Relatório anula do órgão de gestão / Relatório de atividades e contas
- Reconciliação para o Balanço de abertura de acordo com o SNC-AP



20
relatório e contas

20



Modelo 2 Relação nominal de responsáveis pela execução financeira e/ou orçamental no período de relato

MUNICÍPIO DE MÉRTOLA
 Período de relato: 01-01-2020 a 31-12-2021

Nome	Órgão / Cargo	Período de responsabilidade a)	Morada b)
Jorge Paulo Colaço Rosa	Câmara / Presidente	01-01-2020 a 31-12-2020	Quinta Vista de Aracelis – Caixa Postal 6814 – 7750-029 Mértola
Mário José Santos Tomé	Câmara / Vereador	01-01-2020 a 31-12-2020	Achada de São Sebastião – lote 3 – 7750-295 Mértola
Rosinda Maria Freire Pimenta	Câmara / Vereadora	01-01-2020 a 31-12-2020	Rua Dr.º Afonso Costa, nº40 – 1º Dto – 7750-352 Mértola
Oriando Manuel Fonseca Pereira	Câmara / Vereador	01-01-2020 a 31-12-2020	Rua do Alecrim, nº8 – 7750- 625 Penedos
Lígia Isabel Da Silva Rafael	Câmara / Vereadora	01-01-2020 a 31-12-2020	Rua do Monte da Belavista, nº6 – 7750-377 Mértola

a) No caso de se verificarem alterações de responsáveis durante o período de relato, deverá indicar-se o período em que exerceram funções

b) Morada completa e atualizada, incluindo código postal

M. L.

Modelo 3.1 Responsáveis pelas demonstrações financeiras SNCAP

MUNICÍPIO DE MÉRTOLO

Período de relato: 01-01-2020 a 31-12-2021

Responsabilidade pelas demonstrações financeiras (cfr. parágrafo 12 NCP 1)	Nome	Cargo / Órgão
Elaboração	António Manuel Domingos Parente Figueira	Chefe de Divisão
Apresentação e divulgação	Executivo Municipal	Câmara
Aprovação	Assembleia Municipal	Assembleia Municipal





M. J.

Modelo 4 Responsáveis pelas demonstrações orçamentais SNCAP

MUNICÍPIO DE MÉRTOLA

Período de relato: 01-01-2020 a 31-12-2021

Responsabilidade pelas demonstrações orçamentais (cfr. parágrafo 44 NCP 26)	Nome	Cargo / Origão
Elaboração	António Manuel Domingos Parente Figueira	Chefe de Divisão
Apresentação	Executivo Municipal	Câmara Municipal
Aprovação	Assembleia Municipal	Assembleia Municipal

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large stylized signature, a signature with a checkmark, and initials 'M.F.'.

12/2021

**CÓPIA AUTÉNTICA DE PARTE DA
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA,
REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2021**

----- Aos dezasseis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte um, através de videoconferência, encontrando-se presentes os senhores Jorge Paulo Colaço Rosa, Orlando Manuel Fonseca Pereira, Mário José Santos Tomé, Lígia Isabel da Silva Rafael e Rosinda Maria Freire Pimenta, nas qualidades, respetivamente de Presidente e Vereadores da Câmara Municipal, teve lugar a reunião ordinária da Câmara Municipal de Mértola. -----

1.- ABERTURA DA REUNIÃO: - Encontrando-se presente a totalidade dos da Câmara, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião eram 17:05horas.-----

2.- FALTAS: Não se registaram faltas. -----

8.- FINANÇAS E CONTABILIDADE: -----

8.1. - PRESTAÇÃO DE CONTAS 2020: -----

INTRODUÇÃO

O ano 2020 representa o início de uma nova etapa na evolução dos sistemas de contabilidade das Autarquias Locais. Decorridos 20 anos desde a aprovação do POCAL, os Municípios avançaram em 2020 para a implementação de um novo normativo contabilístico, o SNC-AP. Trata-se de um sistema que pretende responder as exigências de um adequado planeamento, de um relato e controlo financeiro mais fiável, e de uma maior transparência das contas públicas. Este novo sistema contabilístico envolve os vários eixos dos subsistemas da contabilidade pública, contabilidade orçamental, contabilidade financeira e contabilidade de gestão e impõe o desenvolvimento de mecanismos que permitem, para além do cumprimento legal, também a harmonização, a credibilidade, a transparência e a comparabilidade das contas públicas, tanto a nível interno com a nível externo. -----

Trata-se de, "mais", um enorme desafio para as Autarquias, que sem dispor de recursos humanos com conhecimentos e experiência especializada exigida, tem de se fazer valer da sua capacidade de resiliência e de abnegação para responder às exigências de uma contabilidade a todos os níveis complexa e exigente. -----

Com a implementação do SNC-AP pretende-se dar cumprimento dos objetivos de gestão, de análise, de controlo e de informação, nomeadamente: evidenciar a execução orçamental e o respetivo desempenho face aos objetivos da política orçamental; permitir uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa; proporcionar informação para a determinação dos gastos dos serviços públicos; proporcionar informação para a elaboração de contas a enviar as entidades de controlo e supervisão; proporciona informação para a preparação de contas de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais; permite o controlo financeiro, de legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos, proporciona informação útil para efeitos de tomada de decisão de gestão.-----

A implementação deste novo normativo contabilístico no município de Mértola não tem sido um processo nada fácil, que tem obrigado a um investimento enorme em termos de recursos de forma a concretizar uma implementação com o menor impacto possível, e que pensamos ter neste momento as bases necessárias para continuar a evoluir no sentido do cumprimento integral do conjunto das obrigações a que estamos vinculados. É necessário continuar a investir ao nível da contabilidade de



gestão, implementado melhorias que nos permitam utilizar a informação para as tomadas de decisão, é necessário continuar a investir ao nível do Património da autarquia, procedendo a uma inventariação total e exaustiva de todos os bens que compõem o universo da autarquia, é necessário elaborar e aprovar um sistema de controlo interno ágil e eficaz que nos ajude e nos oriente nos procedimentos e decisões do dia a dia. São estas as três áreas prioritárias em que iremos investir nos próximos anos, para além do reforço de pessoal na área financeira com a integração de profissionais com formação e especialização em contabilidade. -----

De acordo com modelo único de prestação de contas das entidades públicas aprovado pela Unileo e dando cumprimento ao estipulado na Instrução nº1/2019 do Tribunal de Contas, o Município de Mértola apresenta nos termos aí previstos a sua documentação de prestação de contas de 2020. -----

Os documentos de prestação de contas das Autarquias Locais, subdividem-se em 3 grandes grupos: -----

- As Demonstrações Financeiras. Que dão a conhecer a posição financeira, as alterações na posição financeira, o desempenho e dos fluxos de caixa, com base em informações sobre os seus ativos, passivos, património líquido, rendimentos, gastos e outras alterações no património líquido e fluxos de caixa. As principais demonstrações financeiras são: o Balanço; A Demonstração dos resultados por natureza; A Demonstração das alterações do património líquido; A Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo às demonstrações financeiras. -----

- As Demonstrações Orçamentais. Traduzem uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental da entidade, proporcionando, entre outras, informação sobre o orçamento inicial, as modificações orçamentais, a execução orçamental e os pagamentos e recebimentos. -----

- A Contabilidade de Gestão. Norma NCP 27. Consiste em estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas administrações públicas, que permita uma melhor avaliação da economia, eficiência e eficácia das políticas públicas. A sua finalidade é a apresentação de informações de desempenho, para que os utilizadores possam avaliar a extensão do desempenho da entidade, aferir responsabilidades e tomar decisões. -----

Serão ainda avaliados alguns indicadores económico-financeiros: Liquidez, Autonomia Financeira, Solvabilidade, Endividamento e Equilíbrio Financeiro -----

Factos mais importantes dos documentos de prestação de contas de 2020 - Apresentaremos de seguida, em resumo, alguns dos dados mais importantes da prestação de contas de 2020, relacionados com a execução orçamental e situação patrimonial. -----

Dados do Balanço: -----

Total do ativo:	68.184.934,70
Total do património líquido:	63.062.768,95
Total do passivo:	5.122.165,75

Dados da Demonstração de Resultados (DR) -----

Rendimentos:	16.060.469,19
Gastos:	15.113.363,42
Resultado líquido:	947.105,77

Dados da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) -----

Recebimentos:	17.543.892,11
Pagamentos:	14.994.378,75





MÉRTOLA
CAMARA MUNICIPAL

Dados da Demonstração do Desempenho Orçamental (DDO) -----

De operações orçamentais: -----

Saldos iniciais: 6.197.466,08

Saldos finais: 8.822.742,62

De operações de tesouraria: -----

Saldos iniciais: 87.858,50

Saldos finais: 12.005,52

Organização e documentação das contas -----

A organização do processo de prestação de contas de 2020, é organizado de acordo com a Instrução nº 1/2019, publicada no Diário da República, 2ª série -Nº 46 - de 6 de março de 2019, e obedece à seguinte nomenclatura: -----

Anexo A.1 - SNC-AP - Regime integral -----

Demonstrações financeiras (individuais) -----

- Balanço -----
- Demonstração de resultados por natureza -----
- Demonstração das alterações do património líquido -----
- Demonstração dos fluxos de caixa -----
- Anexo às demonstrações financeiras -----

Demonstrações de relato (individuais) -----

- Demonstração de desempenho orçamental -----
- Demonstração de execução orçamental da receita -----
- Demonstração de execução orçamental da despesa -----
- Demonstração da execução do plano plurianual de investimentos -----
- Anexo às demonstrações orçamentais -----
 - Alterações orçamentais da receita -----
 - Alterações orçamentais da despesa -----
 - Alterações orçamentais ao plano plurianual de investimentos -----
 - Operações de tesouraria -----
 - Contratação administrativa - situação dos contratos -----
 - Contratação administrativa - adjudicações por tipo de procedimento -----
 - Transferências e subsídios concedidos -----
 - Transferências e subsídios recebidos -----
 - Outras divulgações -----
 - Dívidas a terceiros por antiguidade de saldos -----
 - Encargos contratuais -----

Anexo A.4 - Documentos genéricos (SNC-AP) -----

Documentos genéricos de prestação de contas - SNC-AP -----

- Relação nominal dos responsáveis pela execução financeira e/ou orçamental no período de relato -----
- Responsáveis pelas demonstrações financeiras (SNC-AP) -----
 - Elaboração -----
 - Apresentação e divulgação -----
 - Aprovação -----
- Responsáveis pelas demonstrações orçamentais (SNC-AP) -----
 - Elaboração -----
 - Apresentação/aprovação -----
- Ata da reunião de apreciação das contas pelo órgão competente -----
- Ata da reunião de aprovação das contas pelo órgão competente -----

- Certificação legal de contas -----
- Relatório e Parecer do órgão de fiscalização -----
- Caracterização da entidade -----
- Mapa dos investimentos financeiros -----
- Mapa da acumulação de funções -----
- Certidões ou extratos dos saldos bancários reportados ao fim do exercício -----
- Reconciliações bancárias -----
- Síntese das reconciliações bancárias -----
- Relatório de atividades e contas -----
- Reconciliação para o Balanço de abertura de acordo com o SNC-AP-----

Anexo A.5: SNC-AP – Documentos específicos para a Administração Local
Documentos específicos das Autarquias Locais-----

- Dívida Total -----
 - Entidades relevantes para efeitos da dívida total -----
 - Apuramento da dívida total -----
 - Limite da dívida total -----
 - Transferências de competências de órgãos do Estado -----
 - Mapa de empréstimos -----
- A Câmara Municipal após votação nominal, deliberou por maioria, com três (3), votos a favor e duas (2) abstenções aprovar a Prestação de Contas de 2020 e remeteu o processo para a Assembleia Municipal.-----
- Abstiveram-se o Vereador Orlando Pereira e a Vereadora Lígia Rafael. -----

A ata da reunião foi aprovada em minuta, por unanimidade, em conformidade com o nº 3 do art.º 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

E eu,  Assistente Técnica, a redigi, subscrevo e assino.



2/2021

**CÓPIA DE PARTE DA -----
ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
MÉRTOLA, REALIZADA EM 21 DE
JUNHO DE 2021 -----**

Aos vinte e um dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, no Salão da Antiga escola Primária de Vale de Açor de Cima, encontrando-se presentes os membros da Assembleia Municipal identificados na lista que se segue e assinalados com a letra "P", em número de vinte e um, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Mértola, e oportunamente convocada pelo ofício-circular nº 6 e edital nº 2 ambos de 14 de junho de 2021. -----

	PF
Mário Avelino da Silva Martins	P
Maria Madalena Lança Marques	P
João Miguel Palma Serrão Martins	a)
José Eduardo Justino	P
Maria do Céu das Neves Alinho Pinto de Andrade	P
Jorge José Horta Revez	P
Maria Fernanda Romba Adanjo da Silva Martins	F
José Francisco Neto	P
Maria de Jesus Valente Rosa Ramires	P
Cláudia Isabel Nascimento Celestino	P
Miguel da Conceição Bento	P
Manuel Joaquim de Jesus Pereira	P
Mário José Eugénio	P
Afonso Manuel Teixeira Pereira Domingos	P
António José Ramos da Silva	a)
Joaquim Manuel Horta Pires – Pres. Junta Freguesia Alcaria Ruiva	P
Ricardo José Martins Moura Godinho – Pres. Junta Freguesia Corte do Pinto	P
Cláudia Isabel da Luz Arsénio – Pres. Junta Freguesia Espírito Santo	a)
Luis Miguel Martins Madeira Santos – Pres. Junta Freguesia de Mértola	P
Rui Manuel Barão Colaço – Pres. Junta Freguesia Santana de Cambas	P
Osvaldo Cipriano Mestre Rodrigues – Pres. Junta Freg. S. João dos Caldeireiros	P
António José Alves Peleija – Pres. União de Freguesias de S. Mig. Pinheiro, S. Pedro Sólis, S. Sebastião Carros	

a) nos termos do nº1 do artº 78º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na s/redação atual, o Sr. António José Ramos Silva, fez-se representar pela Sr.ª Maria Otília Colaço Alves Raposo, o Sr. João Miguel Palma Serrão Martins, faz-se representar pelo Sr. José Eduardo Fernandes Sequeira Costa, e a Sr.ª Cláudia Isabel da Luz Arsénio, Presidente da Junta de Freguesia de Espírito Santo, faz-se representar pelo Tesoureiro, José Manuel Pereira Rodrigues Costa. -----

COMPOSIÇÃO DA MESA: -----

----- Tendo em conta que o 1º Secretário, Sr.ª João Miguel Palma Serrão Martins, não se encontra presente, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia convidou o Sr. Manuel Joaquim Pereira, para ocupar o seu lugar. -----
Presidente – Mário Avelino da Silva Martins; -----



1º Secretário – Manuel Joaquim Pereira; -----

2º Secretário – Maria do Céu das Neves Alinho Pinto de Andrade. -----

ABERTURA DA SESSÃO: -----

----- Encontrando-se presente a totalidade dos membros da Assembleia, pelo respetivo Presidente foi declarada aberta a sessão eram 16:05horas. -----

2.- ORDEM DO DIA: -----

2.8. – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2020: -----

----- Nos termos e para efeito do disposto na alínea i) do nº 1 do artº 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foram presentes os documentos de Prestação de Contas do Município do ano de 2020, aprovados pelo Executivo em reunião ordinária de 16 de junho corrente. -----

INTRODUÇÃO

O ano 2020 representa o início de uma nova etapa na evolução dos sistemas de contabilidade das Autarquias Locais. Decorridos 20 anos desde a aprovação do POCAL, os Municípios avançaram em 2020 para a implementação de um novo normativo contabilístico, o SNC-AP. Trata-se de um sistema que pretende responder as exigências de um adequado planeamento, de um relato e controlo financeiro mais fiável, e de uma maior transparência das contas públicas. Este novo sistema contabilístico envolve os vários eixos dos subsistemas da contabilidade pública, contabilidade orçamental, contabilidade financeira e contabilidade de gestão e impõe o desenvolvimento de mecanismos que permitem, para além do cumprimento legal, também a harmonização, a credibilidade, a transparência e a comparabilidade das contas públicas, tanto a nível interno com a nível externo. -----

Trata-se de, "mais", um enorme desafio para as Autarquias, que sem dispor de recursos humanos com conhecimentos e experiência especializada exigida, tem de se fazer valer da sua capacidade de resiliência e de abnegação para responder às exigências de uma contabilidade a todos os níveis complexa e exigente. -----

Com a implementação do SNC-AP pretende-se dar cumprimento dos objetivos de gestão, de análise, de controlo e de informação, nomeadamente: evidenciar a execução orçamental e o respetivo desempenho face aos objetivos da política orçamental; permitir uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa; proporcionar informação para a determinação dos gastos dos serviços públicos; proporcionar informação para a elaboração de contas a enviar as entidades de controlo e supervisão; proporciona informação para a preparação de contas de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais; permite o controlo financeiro, de legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos, proporciona informação útil para efeitos de tomada de decisão de gestão. -----

A implementação deste novo normativo contabilístico no município de Mértola não tem sido um processo nada fácil, que tem obrigado a um investimento enorme em termos de recursos de forma a concretizar uma implementação com o menor impacto possível, e que pensamos ter neste momento as bases necessárias para continuar a evoluir no sentido do cumprimento integral do conjunto das obrigações a que estamos vinculados. É necessário continuar a investir ao nível da contabilidade de gestão, implementado melhorias que nos permitam utilizar a informação para as tomadas de decisão, é necessário continuar a investir ao nível



do Património da autarquia, procedendo a uma inventariação total e exaustiva de todos os bens que compõem o universo da autarquia, é necessário elaborar e aprovar um sistema de controlo interno ágil e eficaz que nos ajude e nos oriente nos procedimentos e decisões do dia a dia. São estas as três áreas prioritárias em que iremos investir nos próximos anos, para além do reforço de pessoal na área financeira com a integração de profissionais com formação e especialização em contabilidade.-----

De acordo com modelo único de prestação de contas das entidades públicas aprovado pela Unileo e dando cumprimento ao estipulado na Instrução nº1/2019 do Tribunal de Contas, o Município de Mértola apresenta nos termos aí previstos a sua documentação de prestação de contas de 2020.-----

Os documentos de prestação de contas das Autarquias Locais, subdividem-se em 3 grandes grupos:-----

- As Demonstrações Financeiras. Que dão a conhecer a posição financeira, as alterações na posição financeira, o desempenho e dos fluxos de caixa, com base em informações sobre os seus ativos, passivos, património líquido, rendimentos, gastos e outras alterações no património líquido e fluxos de caixa. As principais demonstrações financeiras são: o Balanço; A Demonstração dos resultados por natureza; A Demonstração das alterações do património líquido; A Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo às demonstrações financeiras.-----

- As Demonstrações Orçamentais. Traduzem uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental da entidade, proporcionando, entre outras, informação sobre o orçamento inicial, as modificações orçamentais, a execução orçamental e os pagamentos e recebimentos.-----

- A Contabilidade de Gestão. Norma NCP 27. Consiste em estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas administrações públicas, que permita uma melhor avaliação da economia, eficiência e eficácia das políticas públicas. A sua finalidade é a apresentação de informações de desempenho, para que os utilizadores possam avaliar a extensão do desempenho da entidade, aferir responsabilidades e tomar decisões.-----

Serão ainda avaliados alguns indicadores económico-financeiros: Liquidez, Autonomia Financeira, Solvabilidade, Endividamento e Equilíbrio Financeiro-----

Factos mais importantes dos documentos de prestação de contas de 2020 - Apresentaremos de seguida, em resumo, alguns dos dados mais importantes da prestação de contas de 2020, relacionados com a execução orçamental e situação patrimonial.-----

Dados do Balanço:-----

Total do ativo:	68.184.934,70
Total do património líquido:	63.062.768,95
Total do passivo:	5.122.165,75

Dados da Demonstração de Resultados (DR)-----

Rendimentos:	16.060.469,19
Gastos:	15.113.363,42
Resultado líquido:	947.105,77

Dados da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)-----

Recebimentos:	17.543.892,11
Pagamentos:	14.994.378,75



Dados da Demonstração do Desempenho Orçamental (DDO) -----

De operações orçamentais: -----

Saldos iniciais: 6.197.466,08

Saldos finais: 8.822.742,62

De operações de tesouraria: -----

Saldos iniciais: 87.858,50

Saldos finais: 12.005,52

Organização e documentação das contas -----

A organização do processo de prestação de contas de 2020, é organizado de acordo com a Instrução nº 1/2019, publicada no Diário da República, 2ª série -Nº 46 - de 6 de março de 2019, e obedece à seguinte nomenclatura: -----

Anexo A.1 – SNC-AP – Regime integral -----

Demonstrações financeiras (individuais) -----

- Balanço -----
- Demonstração de resultados por natureza -----
- Demonstração das alterações do património líquido -----
- Demonstração dos fluxos de caixa -----
- Anexo às demonstrações financeiras -----

Demonstrações de relato (individuais) -----

- Demonstração de desempenho orçamental -----
- Demonstração de execução orçamental da receita -----
- Demonstração de execução orçamental da despesa -----
- Demonstração da execução do plano plurianual de investimentos -----
- Anexo às demonstrações orçamentais -----
 - Alterações orçamentais da receita -----
 - Alterações orçamentais da despesa -----
 - Alterações orçamentais ao plano plurianual de investimentos -----
 - Operações de tesouraria -----
 - Contratação administrativa – situação dos contratos -----
 - Contratação administrativa – adjudicações por tipo de procedimento -----
 - Transferências e subsídios concedidos -----
 - Transferências e subsídios recebidos -----
 - Outras divulgações -----
 - Dívidas a terceiros por antiguidade de saldos -----
 - Encargos contratuais -----

Anexo A.4 – Documentos genéricos (SNC-AP) -----

Documentos genéricos de prestação de contas – SNC-AP -----

- Relação nominal dos responsáveis pela execução financeira e/ou orçamental no período de relato -----
- Responsáveis pelas demonstrações financeiras (SNC-AP) -----
 - Elaboração -----
 - Apresentação e divulgação -----
 - Aprovação -----
- Responsáveis pelas demonstrações orçamentais (SNC-AP) -----
 - Elaboração -----
 - Apresentação/aprovação -----
- Ata da reunião de apreciação das contas pelo órgão competente -----



- Ata da reunião de aprovação das contas pelo órgão competente -----
- Certificação legal de contas -----
- Relatório e Parecer do órgão de fiscalização -----
- Caracterização da entidade -----
- Mapa dos investimentos financeiros -----
- Mapa da acumulação de funções -----
- Certidões ou extratos dos saldos bancários reportados ao fim do exercício -----
- Reconciliações bancárias -----
- Síntese das reconciliações bancárias -----
- Relatório de atividades e contas -----
- Reconciliação para o Balanço de abertura de acordo com o SNC-AP-----

Anexo A.5: SNC-AP – Documentos específicos para a Administração Local
Documentos específicos das Autarquias Locais-----

- Dívida Total -----
 - Entidades relevantes para efeitos da dívida total -----
 - Apuramento da dívida total -----
 - Limite da dívida total -----
- Transferências de competências de órgãos do Estado -----
- Mapa de empréstimos -----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com quinze (14)) votos a favor, sete (7) votos contra, aprovar a prestação de contas do Município de 2020.--
-----Votaram contra os eleitos da Bancada da CDU.-----

5.- APROVAÇÃO DA ATA:-----

----- Não havendo mais assuntos a tratar, o Plenário da Assembleia, por unanimidade deliberou, nos termos e para efeitos do disposto no nº 3 do art.º 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que a ata fosse aprovada em minuta, no seu todo, suspendendo-se os trabalhos pelo tempo necessário à sua elaboração. ---
----- Reaberta a sessão, procedeu-se à leitura em voz alta da ata em minuta que depois de colocada a votação foi aprovada por unanimidade. -----

6.- ENCERRAMENTO:-----

O Sr. Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão eram 18:00horas.-----

ESTÁ CONFORME

Mértola, 22 de junho de 2021

E eu 
subscribo e assino.

, Assistente Técnica, a redigi,



À Exma.
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MÉRTOLA
Largo Luís de Camões
7750-329 MÉRTOLA

Lisboa, 17 de junho de 2021

Assunto: *MUNICÍPIO DE MÉRTOLA*

INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA - 2.º SEMESTRE DE 2020

Exm^{os} Senhores,

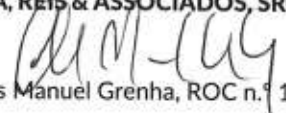
Nos termos do disposto na alínea d) do n.º 2 do art.º 77 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, junto remetemos informação sobre a situação económica e financeira do Município, referente ao 2.º Semestre de 2020.

Sem mais de momento, sempre ao v/dispôr para qualquer esclarecimento adicional.

Com os melhores cumprimentos,

Atentamente

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.


Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO COM RESERVAS

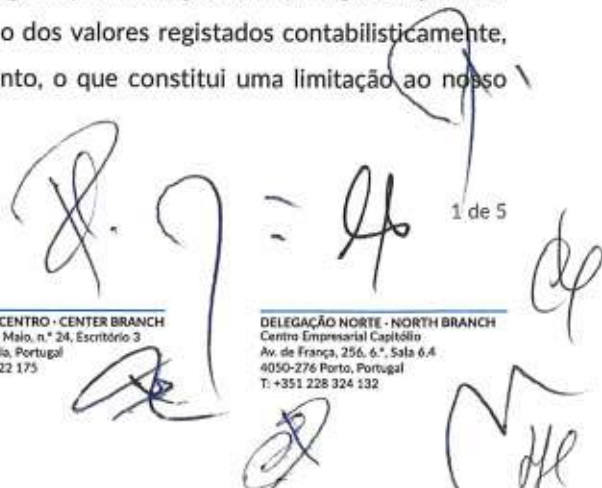
Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **MUNICÍPIO DE MÉRTOLA** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 68.184.935 euros e um total de património líquido de 63.062.769 euros, incluindo um resultado líquido de 947.106 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **MUNICÍPIO DE MÉRTOLA** em 31 de dezembro de 2020, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

O processo de inventariação do ativo fixo tangível da Entidade, incluindo os bens de domínio público, encontra-se por concluir. No âmbito deste processo, conforme divulgado na nota 4 do anexo às demonstrações financeiras, a Entidade identifica dois contratos de concessão em vigor à data de 31 de dezembro de 2020, não possuindo informação atualizada sobre os ativos de concessão associados a cada contrato que permita o reconhecimento dos mesmo nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, no âmbito da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e respetivos diplomas setoriais, foram transferidas para a Entidade competências em diversas áreas como por exemplo, a área da educação. No âmbito das referidas transferências de competências foram também transferidos para a titularidade da Entidade determinados equipamentos que ainda estão pendentes de inventariação e registo por limitação à informação disponível. Face às situações descritas não é possível confirmar a adequação dos valores registados contabilisticamente, incluindo as amortizações acumuladas e subsídios ao investimento, o que constitui uma limitação ao nosso exame.

1 de 5



A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

ÊNFASE

A leitura da informação financeira deverá ter em consideração que a Entidade apresentou pela primeira vez, em 31 de dezembro de 2020, as suas demonstrações financeiras e orçamentais de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) com efeitos reportados a 1 de janeiro de 2020, conforme previsto no n.º 1 do artigo 18º do Decreto-Lei n.º 192/2015 de 13 de setembro, na sua redação dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016 de 21 de dezembro. Dado que a data de transição para este novo referencial foi o dia 1 de janeiro de 2020, os valores referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2019 não foram reexpressos, ficando assim a comparabilidade afetada, conforme divulgado na nota 0 do anexo.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- elaboração do relatório de atividades e contas nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa



opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades e contas com as demonstrações financeiras.

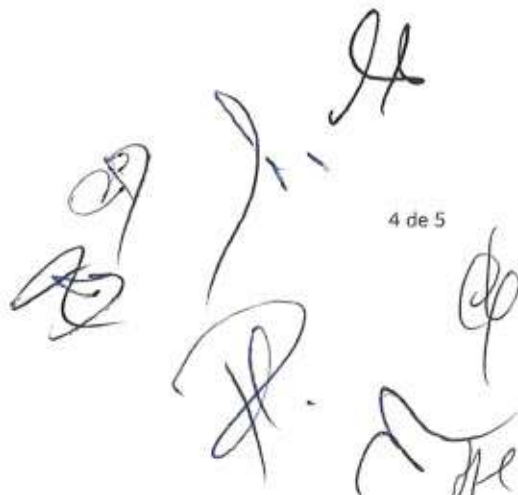
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 23.649.838 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 14.827.096 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.



4 de 5

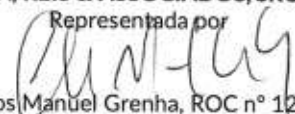
SOBRE O RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas" somos de parecer que o relatório de atividades e contas foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 17 de junho de 2021

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por



Carlos Manuel Grenha, ROC n° 1266



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GREINHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CRAVO
OCTÁVIO CARVALHO VILAÇA

À
CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA
Largo Luís de Camões
7750-329 MÉRTOLA

Lisboa, 17 de junho de 2021

RELATÓRIO SEMESTRAL DETALHADO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E ECONÓMICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA

I - INTRODUÇÃO

De acordo com o estipulado na alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, apresentamos o Relatório semestral detalhado de revisão legal das contas efetuada ao **MUNICÍPIO DE MÉRTOLA** relativa ao exercício de 2020, o qual engloba, além desta Introdução, os seguintes capítulos:

- Resumo executivo
- Metodologia e trabalho desenvolvido
- Análise das contas de balanço
- Análise das contas de resultados
- Controlo orçamental
- Recomendações e comentários finais decorrentes do trabalho efetuado
- Nota final

Os trabalhos decorreram conforme o previsto e visaram, nomeadamente, a identificação dos pontos fortes e dos pontos fracos do sistema de controlo interno, bem como a verificação da integridade das contas, a análise do cumprimento da aplicação do novo normativo contabilístico, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC AP), o controlo orçamental e a apreciação da legalidade, economia, eficiência e eficácia dos procedimentos decorrentes da aquisição de bens e serviços.

Ao longo do presente relatório, pretendemos realçar de uma forma desenvolvida os trabalhos realizados, as metodologias utilizadas, as apreciações efetuadas, e apresentar recomendações face às conclusões.

1/21

II - RESUMO EXECUTIVO

Procedemos ao exame das contas do Município de Mértola (adiante designado por Município), relativas ao exercício de 2020, de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias.

O presente relatório é apresentado no contexto da aplicação, pela primeira vez do SNC-AP pelo Município. De notar adicionalmente que a Comissão de Normalização Contabilística incorporou no SNC-AP uma disposição de acordo com a qual o Município não é obrigado a reexpressar a informação contabilística comparativa de acordo com o SNC-AP. Esta opção implica a perda de comparabilidade entre os exercícios de 2019 e 2020.

Os aspetos por nós verificados compreenderam a análise das diversas rubricas, conforme informação financeira disponibilizada, com referência a 31 de dezembro de 2020, e a atualização do levantamento do sistema de controlo interno nas áreas de disponibilidades, existências, terceiros, imobilizado e receitas.

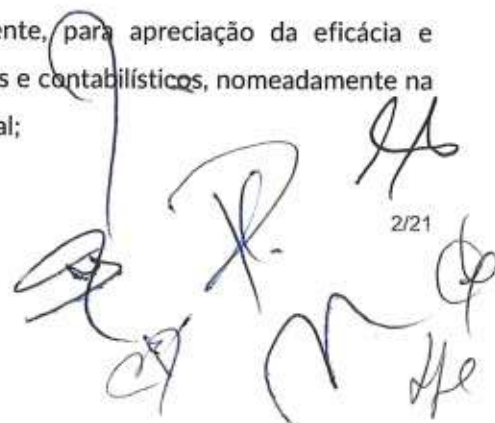
III - METODOLOGIA E TRABALHO DESENVOLVIDO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o nosso trabalho seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto o referido exame incluiu a verificação, por amostragem, da documentação de suporte dos valores constantes na informação financeira disponibilizada, bem como da observância das normas e princípios consignados no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Os objetivos visados, no trabalho efetuado com referência a 31 de dezembro de 2020, foram essencialmente os seguintes:

1. Identificar eventuais problemas a nível do Município;
2. Levantamento e avaliação do sistema de controlo interno existente, para apreciação da eficácia e consistência dos procedimentos e registos administrativos, financeiros e contabilísticos, nomeadamente na área das disponibilidades, terceiros, imobilizado e custos com o pessoal;



2/21

3. Proceder à verificação dos valores patrimoniais do Município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título;
4. Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
5. Emissão de um relatório detalhado sobre a situação financeira e económica do Município de Mértola;
6. Emissão da Certificação Legal das Contas e de um parecer sobre as contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados e anexos às demonstrações financeiras exigidos por lei.

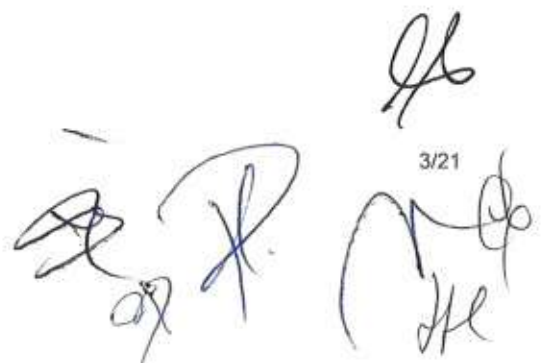
IV - ANÁLISE DAS CONTAS DE BALANÇO

4.1 Ativo não corrente

O património do Município é gerido por um software denominado por SNP – Sistema de Normalização do Património. Este software substitui o SIC – Sistema de Inventário e Cadastro Patrimonial, o qual foi descontinuado após a adoção do SNC-AP.

No processo de transição para o SNC-AP, as maiores variações ocorreram nas rubricas de Ativos Fixos Tangíveis, de Ativos Intangíveis, Participações financeiras e de Património Líquido (Ajustamentos de transição).

De forma a garantir que os critérios de reconhecimento e valorização utilizados são consistentes com o disposto no SNC-AP, o Município procedeu à correta classificação dos bens do Município nas rubricas de Propriedades de investimento, Ativos fixos tangíveis e Ativos intangíveis. As taxas de depreciação e amortização foram revistas, uma vez que o CIBE foi revogado, tendo a entidade que aplicar as taxas do *Classificador complementar 2 - cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento* (CC2). Conforme previsto no parágrafo inicial das notas de enquadramento ao plano de contas multidimensional, o Município manteve as vidas úteis para todos os bens do ativo fixo tangível detidos antes da adoção do SNC-AP, exceto para a classe de edifícios e outras construções. O impacto da alteração retrospectiva da vida útil de edifícios e outras construções foi de 387.121 euros no que respeita às depreciações acumuladas e 88.821 euros no que respeita a subsídios ao investimento. O impacto líquido destes dois efeitos, no montante de 298.300 euros, foi refletido em *Resultados Transitados* na conta destinada a ajustamentos de transição.



3/21



4.1.1 – Ativo Fixo Tangível

O *Ativo Fixo Tangível* apresenta um valor total líquido de amortizações de 43.475.188 euros, sendo o valor bruto de 99.949.062 euros.

Relativamente aos movimentos que ocorreram na rubrica *Ativo Fixo Tangível*, destacamos os seguintes:

- Reclassificação na rubrica de Ativo intangível de diverso software (sistemas operativos que não sejam parte integrante de hardware), num total de 1.651.160 euros. Até 31 de dezembro de 2019, estes ativos eram classificados em imobilizado corpóreo;
- A revisão da vida útil dos ativos de acordo com o CC2 resultou em ajustamentos de conversão para SNC-AP no total de 711.157 euros;
- Foram transferidos da rubrica de *Propriedades de investimento* para *Ativo Fixo tangível* um conjunto de terrenos, que totalizam 3.637.400 euros, pelo facto pelo facto de não cumprirem os critérios definidos na NCP 8 – *Propriedades de investimento* para tal classificação;
- No ano de 2020 foi transferido para o Município de Mértola um conjunto de competências incluindo responsabilidades ao nível da educação. De acordo com o diploma que estabelece os termos da transferência de responsabilidades ao nível da educação os ativos associados às escolas transferidas passam para a propriedade do município. O município não registou o edifício da escola transferida uma vez que o mesmo, de acordo com a informação recebida, não tem caderneta predial nem está registado nas finanças. Desta forma existem ativos por reconhecer na entidade, mas não é possível aferir com fiabilidade o valor dos mesmos.

Para efeitos de controlo mais eficiente do *Ativo fixo tangível* consideramos que:

- I. Ao nível do registo dos imóveis no Sistema SNP, verifica-se que nem sempre se encontra disponível a informação relativa ao artigo matricial devidamente conciliada com a listagem da propriedade dos imóveis obtida no portal das Finanças. A implementação de procedimentos sistemáticos de conciliação permitiria uma rápida identificação dos imóveis, para confronto entre estas fontes de dados. Esta identificação deverá ainda ser efetuada não só para as novas aquisições como também para os terrenos e edifícios já registados em sistema.
- II. Periodicamente deverão proceder ao confronto das viaturas registadas no equipamento de transporte, com a listagem dos automóveis registados no Site da Autoridade Tributária, de modo a validar se existem divergências. Caso existam, dever-se-á proceder aos ajustamentos que se mostrem necessários.

4/21

A implementação destas medidas permitirá, por um lado, um controlo mais rigoroso do *Ativo Fixo Tangível*, bem como a obtenção de informação tempestiva e atual a qualquer momento.

No que respeita aos *Bens de Domínio Público*, conforme tem vindo a ser divulgado em relatórios anteriores, ainda não foi efetuado o inventário dos mesmos, não se podendo confirmar o valor inscrito no balancete. Não obstante, temos vindo a acompanhar os aumentos verificados nesta rubrica, nomeadamente os documentos comprovativos das aquisições registadas no ano em análise.

4.1.2 Ativo intangível

O *Ativo intangível* apresenta um valor total líquido de amortizações de 93.130 euros, sendo o valor bruto de 1.944.176 euros.

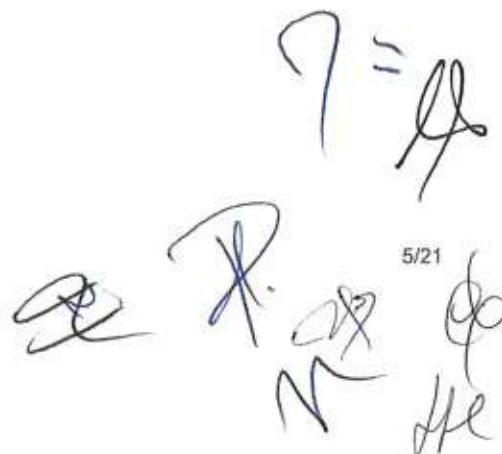
Da quantia bruta indicada, 1.651.160 euros decorrem dos ajustamentos de conversão de POCAL para o SNC-AP. Em POCAL os softwares adquiridos pelo Município encontravam-se reconhecidos em imobilizado corpóreo. Com a nova classificação de acordo com o SNC-AP o direito de utilização de software encontra-se reconhecido como ativo intangível. As respetivas amortizações transferidas para a rubrica de *Ativos Intangíveis* totalizam 1.534.898 euros.

4.1.3 Propriedades de Investimento

O Município detinha na rubrica *Investimentos financeiros*, de acordo com o POCAL, um conjunto de imóveis (rústicos e urbanos) num montante de 3.767.000 euros, que foram reclassificados, nos saldos de abertura, para *Propriedades de Investimento*. Entretanto, tendo em conta que estes imóveis não cumpriam os requisitos definidos na NCP 8 - *Propriedades de Investimento*, foram reclassificados para *Ativo Fixo tangível*, conforme mencionado acima.

4.1.4 Participações financeiras

Esta rubrica ascende a 1.358.757 euros e decompõe-se como segue:



5/21

Descrição	% de participação	Montante
Participação ao Método de equivalência patrimonial		
Fundação Serrão Martins	98,0%	390.951
ALSUD - Coop. Ensino Formação Prof. Alentejo CRL	31,5%	129.526
Participações reconhecidas ao custo		
RESIALENTEJO - Tratamento e Valorização de Resíduos, E.I.M.	12,5%	350.000
Fundo de Apoio Municipal	0,12%	487.931
Outras participações ao custo		
Cooperativa Agrícola do Guadiana	Residual	100
CRBA - Conservatório Regional do Baixo Alentejo	residual	249
TOTAL		1.358.757

O Município detém 98% do Capital Social da Fundação Serrão Martins e o Presidente do Conselho de Administração da Fundação, de acordo com os seus estatutos, é nomeado pelo Município. No que respeita à ALSUD, o Município detém 31,50% do seu capital sendo atualmente o Presidente do Conselho de Administração um representante do Município. Assim, considerando o capítulo 4 da NCP 23, considera-se que o Município exerce influência significativa sobre ambas as entidades.

Pela aplicação do Método de Equivalência Patrimonial (MEP), no âmbito da conversão para SNC-AP, foi registado o valor total de 367.977 euros por contrapartida da rubrica *Ajustamentos em ativos financeiros* (conta 5711 Relacionados com o método da equivalência patrimonial – Ajustamentos de transição).

À data de fecho do exercício ainda não são conhecidas as demonstrações financeiras das Entidades registadas pelo método de equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2020. É expetativa do Município com base na melhor informação disponível que essas demonstrações financeiras não afetarão a posição financeira do Município.

4.2 Inventários

À data de 31 de dezembro de 2020 a rubrica *Inventários* apresenta um saldo de 412.378 euros e corresponde com a Listagem de inventários extraída do sistema de Gestão de Stocks (GES). Foram registadas imparidades no valor total de 49.086 euros, referentes a ativos sem movimentação (entradas e saídas) há mais de 4 anos.



6/21

4.3 Clientes

À data de 31 de dezembro de 2020, a rubrica de *Clientes* apresenta um saldo bruto de 232.961 euros, do qual 226.119 euros respeitam a dívidas de Água, RSU's e Saneamento.

Com base na listagem dos valores em dívida, extraída do Sistema de Gestão Financeira (SGF) foi identificado um total de valores com antiguidade superior a 2 anos, de 21.750 euros, tendo o Município registado perdas por imparidade para este montante.

4.4 Outras Contas a receber e a pagar

A rubrica de *Outras Contas a receber e a pagar* apresenta a seguinte decomposição, à data de 31 de dezembro de 2020:

Rubrica	Saldo Devedor	Saldo Credor
Devedores e credores por acréscimos	673.276	846.764
Outros Devedores e credores	48.100	0
Outros credores por transferências e subsídios	0	19.599
Fornecedores de investimento	0	38.910
Credores por subscrições não liberadas	0	13.554
Perdas por imparidade acumuladas	-44.316	0
TOTAL	677.060	918.827

O saldo da rubrica de *Devedores por acréscimos*, respeita sobretudo à estimativa do IMI, de 2020 a receber em 2021, no valor de 511.711 euros.

O saldo da rubrica de *Credores por acréscimos*, respeita sobretudo à Estimativa das Férias, Subsídio de Férias e encargos de 2020 a pagar em 2021 (668.914 euros).

A rubrica *Credores por subscrições não liberadas* respeita ao valor por realizar do capital do FAM subscrito pelo Município. O plano de realização do capital do FAM previa as duas últimas transferências no decurso de 2020 e o Município não utilizou a faculdade de beneficiar de uma moratória de 12 meses nas prestações do capital a realizar em 2020 nos termos do n.º 1 do artigo 3.º-B da Lei n.º 12/2020. No entanto, o Município não se opôs a que o montante da remuneração do capital social que lhe foi atribuído pelo FAM, nos termos do n.º 3 do mesmo artigo, fosse utilizado para dedução das referidas prestações. Neste sentido até 31 de dezembro de 2020 o Município não efetuou qualquer transferência de realização de capital do FAM. A



remuneração de capital social atribuída pelo FAM ao Município ascendeu a 13.554 euros sendo este montante deduzido à rubrica Credores por subscrições não liberadas por contrapartida da rubrica de Juros e rendimentos similares obtidos.

4.5 Caixa e Depósitos

No final de 2020, o valor de *Depósitos à ordem*, registados nas contas do Município, diferiam dos saldos bancários em cerca de 242.210 euros. Procedemos à análise das conciliações bancárias preparadas pelo Município, com referência a 31 de dezembro de 2020 e concluímos que a grande maioria dos itens em aberto foram regularizados em janeiro de 2021.

Identificámos, diversos valores de valor reduzido que se mantêm em aberto, com antiguidade superior a 1 ano. Apesar de imateriais, recomendamos que sejam objeto de análise e eventual regularização.

4.6 Diferimentos

À data de 31 de dezembro de 2020, a rubrica de *Rendimentos a reconhecer* apresenta um saldo 1.083.529 euros, que respeita a subsídios ao investimento obtidos, sem contraprestação, mas condicionados à execução de obras.

4.7 Fundos Próprios

Os movimentos ocorridos nesta rubrica, resumem-se no quadro seguinte:

Rubrica	31-12-2019	Aplicação pela 1.ª vez do SNC AP	Aplicação do resultado líquido	Subsídios ao investimento	Outros	31-12-2020
Património/capital	19.863.716	249	0	0	0	19.863.966
Reservas	2.532.001	0	85.771	0	0	2.617.772
Resultados transitados	21.529.252	-298.300	771.941	0	0	22.002.893
Ajustamentos em ativos financeiros	0	367.977	0	0	0	367.977
Outras variações no património líquido	0	15.893.487	0	1.369.569	0	17.263.056
Resultado líquido do período	857.713	0	-857.713	0	947.106	947.106
Total	44.782.682	15.963.413	0	1.369.569	947.106	63.062.769



 8/21

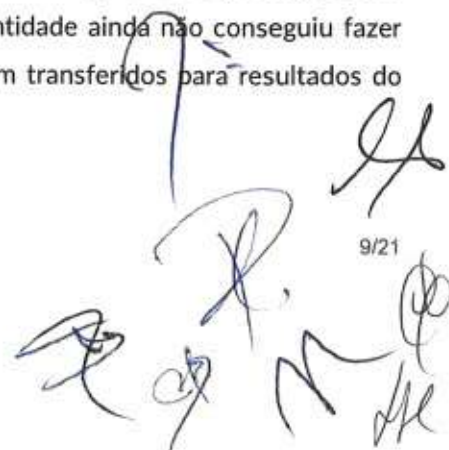
Conforme deliberado em Assembleia Municipal, o Resultado Líquido de 2019, no valor total de 857.713 euros, foi aplicado em *Reserva Legal* (10%) e em *Resultados Transitados* (90%).

A rubrica *Outras variações no património líquido* inclui essencialmente o registo de subsídios ao investimento. Decorrente da aplicação do SNC AP, os subsídios ao investimento obtidos, sem contraprestação e com condições, se as mesmas forem cumpridas, passaram a ser registados na conta 593 - *Transferência de subsídios de capital* sendo na prática registados nesta rubrica no momento de conclusão das obras, sendo posteriormente transferidos para rendimento de forma sistemática na cadência da depreciação dos bens subsidiados. À data de 31 de dezembro os subsídios ao investimento contabilizados nesta rubrica totalizam 15.111.610 euros, sendo o valor remanescente relativo sobretudo, a transferências de capital do Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro e as previstas no art.º 35.º da Lei 73/203), que com a aplicação do SNC AP passaram a ser registados em *Fundos Patrimoniais* (ao inverso no POCAL estavam registados como *Rendimentos*) e totalizam 2.080.242 euros

Os principais subsídios ao investimento registados nesta rubrica são os que se seguem:

Subsídio ao investimento	Saldo
INTERREG IIIA-HUBAAL-CM 1096, Mina/Limite concelho	682.143
INALentejo - Regeneração Urbano Eixo Comercial	724.226
POVT - Saneamentos Básicos	1.755.129
INALentejo - Parque Desportivo e de Lazer	791.002
Subsídios de Imóveis Avaliados	1.113.856
TOTAL	5.066.356

Em relação às transferências do Estado para os municípios no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro previsto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que com o SNC-AP, que passaram a estar refletidas nos *Fundos Patrimoniais*, caso a entidade proceda a uma afetação dessas verbas a um ativo depreciable ou amortizável, e conseguir fazer prova dessa afetação, a transação equipara-se a um subsídio ou transferência consignada, pelo que essa parte deverá ter tratamento idêntico aos subsídios ao investimento, ou seja, a conta respetiva será debitada numa base sistemática em contrapartida da conta 7883 *Imputação de subsídios e transferências para investimentos*, à medida que forem contabilizadas as amortizações ou depreciações dos ativos que foram financiados e na respetiva proporção. Uma vez que a Entidade ainda não conseguiu fazer prova da afetação destas verbas a ativos específicos, os valores não foram transferidos para resultados do exercício.



9/21

4.8 Financiamentos Obtidos

À data do nosso trabalho os montantes reconhecidos nas contas de empréstimos obtidos referem-se às seguintes entidades:

Descrição	Curto Prazo	Médio Longo prazo	Total
Caixa Geral de Depósitos	46.779	314.067	360.846
Banco Comercial Português	78.139	424.717	502.856
Banco Santander Totta	183.121	1.491.243	1.674.364
Novo Banco	20.407	132.647	153.054
TOTAL	328.446	2.362.674	2.691.120

Verificámos que os saldos contabilísticos se encontram concordantes com o mapa de responsabilidade do Banco de Portugal, com referência a 31 de dezembro de 2020.

4.9. Fornecedores

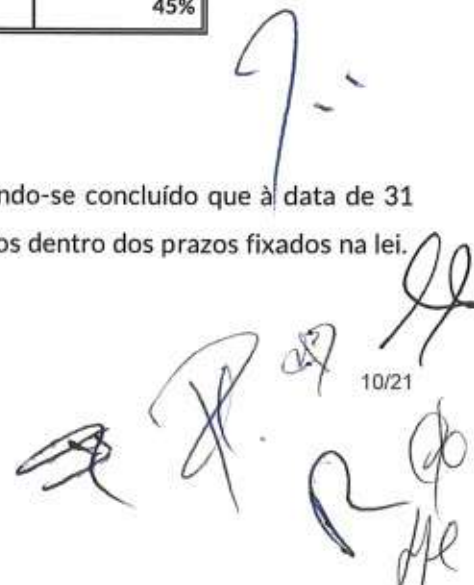
À data de 31 de dezembro de 2020 a rubrica de *Fornecedores* apresenta um saldo credor de 155.906 euros e registou uma variação negativa de 11% em relação a 31 de dezembro de 2019.

Destacamos os valores a pagar aos seguintes fornecedores:

Fornecedor	31.12.2020	Peso
PETRÓLEOS DE PORTUGAL-PETROGAL, S.A.	20.740	13,3%
AGDA - ÁGUAS PUBLICAS DO ALENTEJO, SA.	14.811	9,5%
WORKVIEW - UNIPessoal, Ld*	6.304	4,0%
FALQUIMICA UNIPessoal, LDA	6.639	4,3%
PAULO JORGE MARTINS RAPOSO	7.037	4,5%
GUADAPE-COMÉRCIO DE PRODUTOS AGRO-PEC. E MAT. DE CONTRUÇÃO, LDA	6.673	4,3%
BLACHERE PORTUGAL-COMÉRCIO DE ILUMINAÇÃO, LDA	8.625	5,5%
TOTAL	70.829	45%

4.10 Estado e outros entes públicos

Verificámos as guias de pagamento e as respetivas declarações fiscais, tendo-se concluído que à data de 31 de dezembro de 2020, os saldos evidenciados nesta rubrica foram liquidados dentro dos prazos fixados na lei.



10/21

Não obstante o referido, observámos que é procedimento da entidade registar o gasto com os encargos da entidade patronal, respeitantes ao processamento salarial, no período em que os mesmos são pagos. Com efeito, quer os gastos quer a posição da obrigação não ficam registados nos períodos apropriados. Sugerimos que o Município proceda à alteração do modo de contabilização, passando a reconhecer os gastos com os encargos da entidade patronal, no período do processamento salarial. Os registos contabilísticos seriam: débito da conta #63x - *Gastos com pessoal*, por crédito da conta #245x - *Segurança Social* (no período do processamento) e débito da conta #245 x - *Segurança Social* por crédito da conta #12x - *Depósitos à ordem* (no momento do pagamento).

4.11 Provisões

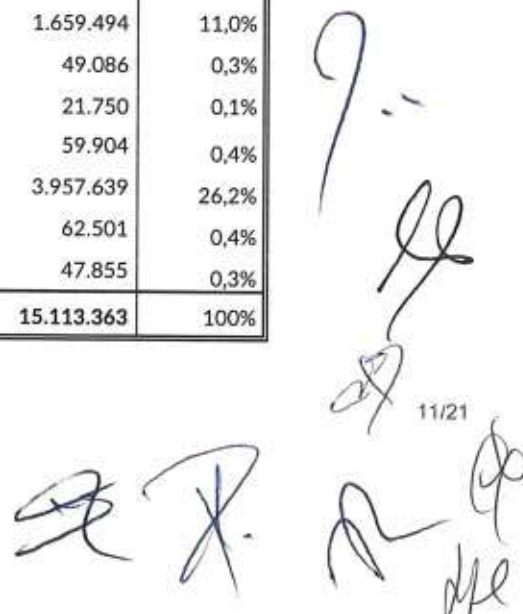
A 31 de dezembro de 2020 foram constituídas Provisões referentes a *processos judiciais em curso*, no valor total de 59.904 euros, relativas a diversas contraordenações. Foram adicionalmente divulgados os processos que configuram passivos contingentes, em conformidade com o previsto na NCP 15 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

V - ANÁLISE DAS CONTAS DE RESULTADOS

5.1 Gastos

Foram efetuados testes a diversas contas de *Gastos*. Para maior detalhe apresentamos a sua decomposição com referência a 31 de dezembro de 2020:

Gastos	Saldo 31.12.20	Peso %
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	764.193	5,1%
Fornecimentos e serviços externos	3.233.782	21,4%
Gastos com pessoal	5.257.160	34,8%
Transferências e subsídios concedidos	1.659.494	11,0%
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	49.086	0,3%
Imparidades de dívidas a receber (perdas / reversões)	21.750	0,1%
Provisões (aumentos / reduções)	59.904	0,4%
Gastos de depreciação e de amortização	3.957.639	26,2%
Outros gastos e perdas	62.501	0,4%
Juros e gastos similares suportados	47.855	0,3%
TOTAL	15.113.363	100%



11/21

5.1.1 Transferências e subsídios concedidos

O montante registado nesta rubrica respeita essencialmente, a importâncias concedidas a título de transferências e subsídios a diversas entidades, ao abrigo de diversos programas de apoio, nomeadamente a:

Entidade	Valor
Instituições sem fins lucrativos	700.602
Bolsas e Outros	670.008
Freguesias	212.532
Empresas Locais	76.352
TOTAL	1.659.494

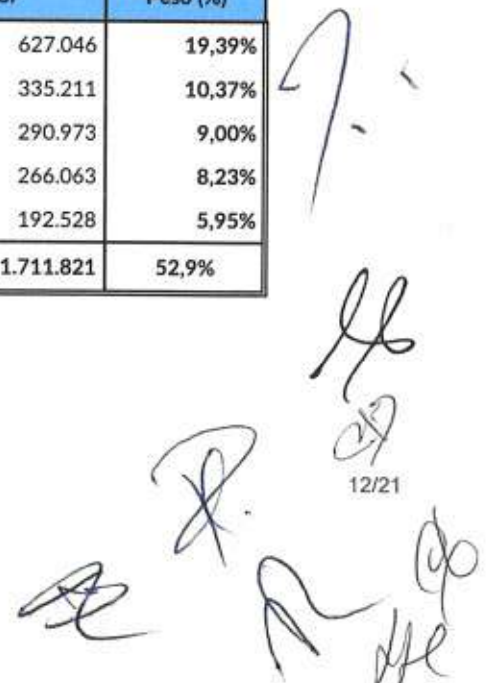
O saldo da rubrica *Empresas Locais* respeita, na sua totalidade, a transferências efetuadas a favor da *Fundação Serrão Martins*, relativas aos anos de 2016 a 2019, nos termos definidos nos estatutos da Fundação.

Com base na análise efetuada aos protocolos disponibilizados e a informação diversa relacionada, que consta nas Atas, identificámos que o Município apenas regista o Gasto quando procede ao seu pagamento à entidade beneficiária. Recomendamos que, sempre que seja possível, o Município reconheça o gasto no período a que respeita, independentemente do seu pagamento, conforme o princípio da especialização.

5.1.2 Fornecimentos e serviços externos

Dos diversos testes efetuados nesta área, salientámos as seguintes rubricas, as quais representam cerca de 52,9% do total dos *Fornecimentos e serviços externos*:

Fornecimentos e Serviços	Valor	Peso (%)
Trabalhos especializados	627.046	19,39%
Outros subcontratos ou concessões	335.211	10,37%
Conservação e reparação	290.973	9,00%
Serviço de recolha e tratamento de resíduos sólidos e urbanos	266.063	8,23%
Honorários	192.528	5,95%
TOTAL	1.711.821	52,9%



12/21

5.1.3 Gastos com o pessoal

Os *Gastos com o pessoal* representam 34,8% do total dos Gastos contabilizados pelo Município em 2020. Foram realizados testes preditivos que permitiram concluir sobre a razoabilidade dos valores registados nesta rubrica.

5.1.4 Imparidades de dívidas a receber e Provisões

Conforme mencionado nas notas 4.3 e 4.11 do presente relatório, foram constituídas imparidades relativas a valores a receber de clientes com antiguidade superior a 2 anos, de 21.750 euros e provisões para processos judiciais em curso, no valor total de 59.904 euros.

5.2 Rendimentos

Foram efetuados testes a diversas contas de *Rendimentos* tendo em vista a especialização dos exercícios. Para maior detalhe apresentamos a sua decomposição com referência a 31 de dezembro de 2020:

Rendimentos	Saldo 31.12.20	PESO %
Impostos e taxas	1.643.921	10,2%
Vendas	237.915	1,5%
Prestações de serviços	796.208	5,0%
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	11.003.225	68,5%
Trabalhos para a própria entidade	277.374	1,7%
Outros rendimentos e ganhos	2.088.271	13,0%
Juros e rendimentos similares obtidos	13.554	0,1%
TOTAL RENDIMENTOS	16.060.469	100,0%

5.2.1 Impostos e taxas

A rubrica de *Impostos e taxas* respeitam sobretudo a Impostos diretos e os Impostos indiretos e decompõem-se como segue:



13/21



Rubricas	Valor
Imposto municipal sobre imóveis	478.852
IUC - Famílias	124.811
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	984.878
Subtotal	1.588.541

Identificámos que os rendimentos relacionados com o IMT registaram um aumento superior a 800 mil euros, relação a 31.12.2019, situação para a qual o Município já solicitou esclarecimentos junto da Autoridade Tributária sobre o valor recebido em 2020, para o qual ainda não obteve qualquer resposta.

5.2.2 Vendas e Prestações de serviços

No que respeita às *Vendas*, salientamos o montante de 233.826 euros, referente à venda de água e representa 98,3% do total da rubrica.

Por outro lado, as *Prestações de Serviços* atingem o montante de 796.208 euros, sendo as rubricas mais significativas as relacionadas com o Saneamento e resíduos sólidos, que totalizam 648.946 euros e representam 81,5% do total da rubrica.

Importa salientar que em janeiro de 2020 começou a ser aplicado um novo tarifário, situação que justifica o aumento de 379.039 euros verificado nas rubricas de água e saneamento, relativamente a 2019.

5.2.3 Trabalhos para a própria empresa

Foram registados trabalhos para a própria empresa no valor total de 277.374 euros, que respeitam a horas de mão de obra e de máquinas afetas a diversas obras.

5.2.4 Transferências e subsídios correntes obtidos

O saldo desta rubrica inclui o montante de 10.324.136 euros referentes às transferências obtidas pelo Orçamento do Estado de 2020. Importa salientar que, com a aplicação do SNC AP as transferências capital provenientes do Orçamento de Estado, passaram a ser reconhecidas na conta 5939 - *Outras transferências e subsídios de capital*. Estas transferências, em 2020, totalizaram 2.144.380 euros.



5.2.5 Outros Rendimentos e Ganhos

Esta rubrica é composta, quase na totalidade pelos subsídios ao investimento, que totalizaram 1.369.569 euros, referentes à contraparte da amortização dos investimentos realizados, mencionados no ponto 4.7.

Salientamos ainda as rendas recebidas da EDP, ao abrigo do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica no concelho, no montante de 370.422 euros e pela comissão recebida por parte da empresa que explora o Parque Eólico de Corredoura, no montante de 160.141 euros. O Município recebe uma comissão de 2,5% sobre as vendas de energia elétrica produzida. Dos testes efetuados, identificamos que, mensalmente, a entidade que explora o Parque Eólico da Corredoura envia, por email ao Município, um ficheiro em excel, onde apresenta as vendas mensais e a respetiva comissão de 2,5%. Recomendamos que o Município passe a solicitar à entidade um relatório explicativo das vendas mensais, de forma mais clara e transparente.

VI – CONTROLO ORÇAMENTAL

Ao longo do ano de 2020 ocorreram 3 revisões ao orçamento, sendo a 3.ª revisão a mais relevante aprovada em 31.12.2020.

Esta 3.ª revisão ao orçamento incidiu sobretudo sobre as rubricas 10 - *transferência de capital (receita)* e 7 - *Aquisição de bens de capital (despesa)*. As dotações corrigidas destas rubricas diminuíram quase 3 milhões de euros, comparativamente com as dotações corridas de 30 de junho de 2020. Esta situação foi consequência, sobretudo, do atraso verificado em diversas obras públicas.

6.1 Despesa

O montante global da despesa executada foi de 14.827.096 euros, correspondentes a um grau de execução orçamental de 63,5%, conforme detalhado no quadro seguinte:

15/21

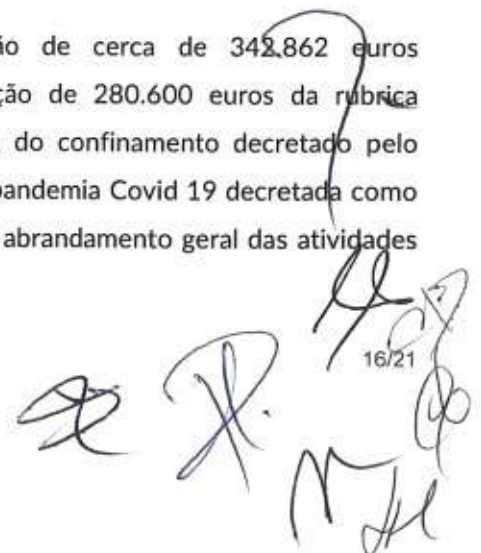
Controlo Orçamental da Despesa	Orçamentado	Despesa Paga	Grau Exc.
DESPESA TOTAL	23.350.741	14.827.096	63,5%
1. Despesas com Pessoal	5.756.400	5.123.063	89,0%
2. Aquisição de Bens e Serviços	5.879.579	3.578.814	60,9%
3. Juros e Outros Encargos	65.000	63.115	97,1%
4. Transferências Correntes	1.934.817	1.339.816	69,2%
5. Subsídios	113.000	72.726	64,4%
6. Outras Despesas Correntes	150.500	72.305	48,0%
Despesas Correntes	13.899.296	10.249.839	73,7%
7. Aquisição de bens de Capital	7.349.133	2.831.177	38,5%
8. Transferências de Capital	748.202	435.904	58,3%
9. Ativos Financeiros	27.110	0	0,0%
10 Passivos Financeiros	1.321.000	1.310.175	99,2%
11 Outras Despesas de Capital	6.000	0	0,0%
Despesas de Capital	9.451.445	4.577.256	48,4%

Do total da despesa orçamentada salientam-se as despesas previstas com aquisição de bens de capital (31,5%), seguidas das despesas com aquisição de bens e serviços correntes (25,2%) e das despesas com pessoal (24,7%).

A análise da despesa deve ter em consideração que o respetivo volume está condicionado pelo nível de execução da receita, pelo que deverá ser ponderada essa situação.

Da análise efetuada ao mapa de execução da despesa relativa ao ano de 2020, apresentamos as conclusões mais relevantes:

- As rubricas com maior peso na estrutura das despesas correntes são as despesas com *Pessoal* e de *Aquisição de bens e Serviços*;
- As despesas correntes executadas registaram uma diminuição de cerca de 342.862 euros comparativamente com 2019, principalmente devido à diminuição de 280.600 euros da rubrica "*Aquisição de bens e Serviços*". Esta situação resultou, sobretudo, do confinamento decretado pelo Estado Português durante o 2.º trimestre de 2020, decorrente da pandemia Covid 19 decretada como tal, em março de 2020 pela Organização mundial de Saúde e pelo abrandamento geral das atividades económicas e sociais, decorrentes da pandemia;



16/21

- A rubricas *Aquisições de bens de capital* e *Outras Despesas Correntes*, apresentam um grau de execução inferior a 50%, situação que decorre do atraso na aprovação de diversas candidaturas a fundos comunitários (reembolsáveis), que implica atrasos nas respetivas obras cofinanciadas e consequente recebimento das verbas e posterior pagamento (no âmbito dos respetivos empréstimos).

No que se refere ao Controlo da execução orçamental da despesa, segue-se o montante dos compromissos totais assumidos e que se encontram por pagar:

Resumo Mapa de Controlo Orçamental	Orçamentado	Compromissos assumidos	Compromissos por pagar
Total das Despesas	23.350.741	18.424.068	3.596.972

Na sequência da análise ao Mapa de controlo orçamental da despesa apresentado pelo Município, concluímos que o montante dos compromissos que se encontram por pagar em 31 de dezembro representa cerca de 19,5% dos compromissos assumidos para o ano em análise.

Verificámos também que a dotação orçamental não comprometida corresponde a 4.926.674 euros, que representa cerca de 21,1% do valor total orçamentado.

6.2 Receita

O montante global da receita executada em 2020 foi de 23.649.838 euros, correspondentes a um grau de execução orçamental de 101,3%. Em resumo apresentamos o seguinte quadro:



17/21



Receita	Dotação Inicial	Receita Cobrada	Grau Exc.
RECEITA TOTAL	23.350.741	23.649.838	101,3%
1 Impostos Diretos	673.700	1.512.598	224,5%
2 Impostos Indiretos	0	0	-
4 Taxas multas e outras penalidades	58.455	53.376	91,3%
5 Rendimentos da propriedade	439.733	536.626	122,0%
6 Transferências Correntes	11.030.851	10.998.600	99,7%
7 Venda de bens e serviços correntes	1.078.922	978.473	90,7%
8 Outras receitas correntes	66.474	25.713	38,7%
Receitas Correntes	13.348.135	14.105.387	105,7%
9 vendas de bens de Investimento	7	36.403	520042,3%
10 Transferências de Capital	3.803.931	3.289.691	86,5%
11 Ativos financeiros	1.200	2.488	207,3%
12 Passivos financeiros	0	0	-
13 Outras receitas de capital	1	17.276	1727583,0%
Receitas de Capital	3.805.139	3.345.858	87,9%
15 Reposições não abatidas nos pag.	1	1.128	112803,0%
16 Saldo da Gerência Anterior	6.197.466	6.197.466	100,0%
Outras Receitas	6.197.467	6.198.594	100,0%

Do total da receita orçamentada destacam-se as Transferências Correntes (46,5%), seguidas do Saldo da Gerência Anterior (26,2%) e das Transferências de Capital (13,9%).

Da análise ao quadro supra, ressaltam como mais relevantes as seguintes situações:

- As Receitas Correntes obtiveram um grau de execução de 105,7%, enquanto as Receitas de Capital se ficaram pelos 87,9%;
- A nível orçamental registe-se que, comparativamente com o período homólogo, a Receita registou um aumento de 2,2 milhões de euros, para o qual contribuiu, essencialmente, o aumento verificado nas rubricas "Saldo de Gerência Anterior", "Impostos Diretos" e "Transferências de Capital", de 2.673.093 euros, 795.764 euros e 463.583 euros, respetivamente, compensadas pela redução de 2.450.000 euros na rubrica de "Passivos Financeiros";
- O Saldo de Gerência anterior encontra-se totalmente utilizado, respeitando a 26,2% do total da Receita realizada.

18/21

6.3 Equilíbrio orçamental

De acordo com a análise efetuada nos quadros anteriores verifica-se que o Município se encontra neste momento com um *Superavit* global de 8.822.743 euros, ou seja, a receita cobrada é superior à despesa total.

De referir que as despesas correntes se revelam inferiores às receitas correntes no montante de 3.855.547 euros, respeitando o princípio do equilíbrio orçamental. Ao nível de orçamento de capital regista-se um *deficit* de cerca de 1.231.399 euros.

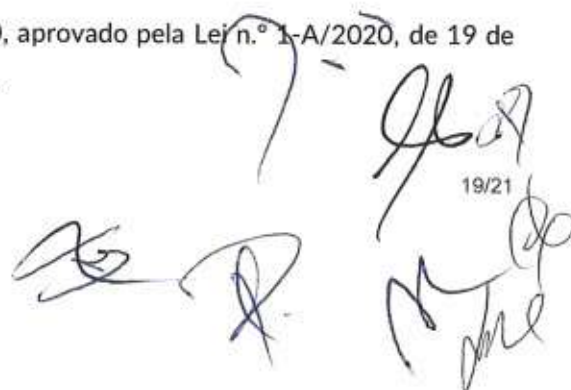
Em termos globais, apresentamos o seguinte resumo:

Resumo	Orçamentado	Realizado	Grau. Execução
Receita Corrente	13.348.135	14.105.387	105,7%
Receita Capital	3.805.139	3.345.858	87,9%
Outras Receitas	6.197.467	6.198.594	100,0%
Receita Total	23.350.741	23.649.839	101,3%
Despesa Corrente	13.899.296	10.249.839	73,7%
Despesa Capital	9.451.445	4.577.256	48,4%
Despesa Total	23.350.741	14.827.096	63,5%
Deficit / Superavit Orçamento Geral		8.822.743	
Deficit / Superavit Orçamento Corrente		3.855.547	
Deficit / Superavit Orçamento Capital		-1.231.399	
Deficit / Superavit Outros		6.197.466	

No que respeita ao equilíbrio orçamental, conforme definido na Lei 73/2013, verifica-se o seu cumprimento em 31 de dezembro de 2020 (receitas cobradas – despesas correntes – amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo), calculado como se segue:

Receitas correntes (A)	14.105.387
Despesas correntes (B)	10.249.839
Amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo (C)	346.410
Limite máximo permitido para o desequilíbrio orçamental em 31-12-2020 (sujeito a compensação no exercício seguinte)	705.269
Saldo corrente (A-B-C):	3.509.137

Importa referir que, conforme o Orçamento de Estado para 2020, aprovado pela Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, a aplicação deste princípio encontra-se suspensa em 2020.



19/21

VII – NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO

De acordo com o artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais) a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo as entidades incluídas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. Em 31 de dezembro de 2020 o município cumpria o referido limite.

VIII – RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS FINAIS DECORRENTES DO TRABALHO EFETUADO

Dadas as matérias tratadas neste relatório e ao trabalho de campo desenvolvido, recomenda-se ao Executivo Municipal a adoção das seguintes medidas:

- A Comissão de Normalização Contabilística incorporou no SNC-AP a disposição da IPSAS 33 – *First Time Adoption of Accrual Basis IPSAS's*, de acordo com a qual o Município não é obrigado a reexpressar a informação contabilística comparativa de acordo com o SNC-AP. Esta opção implica a perda de comparabilidade entre os exercícios de 2019 e 2020, o que nos leva a não apresentar informação comparativa neste relatório. Não obstante, sempre que pertinente, são efetuadas referências a variações ocorridas em determinadas transações, face ao histórico de períodos anteriores;
- No decurso dos últimos exercícios o Município realizou um conjunto significativo de procedimentos no que respeita à inventariação e registo de bens do seu património, culminando em diversos ajustamentos contabilísticos. Deverá ser dada continuidade aos procedimentos de análise e inventariação do património do Município e ao seu correto registo informático, de forma a garantir continua atualização do cadastro de bens assim como o correto cálculo das amortizações e imputações de subsídios ao investimento;
- A informação relativa à contabilidade de gestão disponibilizada no Relatório de Gestão do Município ainda não cumpre com os critérios exigidos na NCP-27 - Contabilidade de Gestão, que regulamenta esta matéria no âmbito do SNC-AP.



20/21



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

IX - NOTA FINAL

Gostaríamos de agradecer a colaboração prestada por todos os Funcionários dos Serviços do Município, não só pela celeridade na apresentação da documentação solicitada, como também pelos esclarecimentos prestados.

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA

Representada por


Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GREINHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CRAVO
OCTÁVIO CARVALHO VILAÇA

PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

À Assembleia Municipal,

1. Nos termos dos artigos 76.º e 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, cumpre ao Revisor Oficial de Contas emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do **MUNICÍPIO DE MÉRTOLA**, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2020.
2. Durante o exercício, o Revisor Oficial de Contas procedeu, nomeadamente, às verificações e análises que considerou convenientes e apreciou as contas do **MUNICÍPIO DE MÉRTOLA**. Para o efeito, recebeu da **CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA** todos os esclarecimentos e informações solicitadas.
3. No encerramento do exercício foi apreciado o relatório de gestão e completado o exame, nomeadamente sobre a execução orçamental e as demonstrações financeiras e seus anexos exigidos por lei, com vista à sua certificação legal.
4. **Parecer**

Face ao exposto, o Revisor Oficial de Contas é de parecer que os documentos de prestação de contas do **MUNICÍPIO DE MÉRTOLA** referentes ao exercício de 2020, se apresentam elaborados de acordo com os princípios contabilísticos legalmente aplicáveis a este setor, incluindo o que se contém na Certificação Legal das Contas.

5. Finalmente, o Revisor Oficial de Contas deseja agradecer à **CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA** e aos seus Serviços toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 17 de junho de 2021

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por

Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266

MODELO 8.2 - Caracterização da entidade (AL)

CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE			
1. IDENTIFICAÇÃO			
Designação	Câmara Municipal de Mértola		
NIPC	503279765		
Natureza	Autarquia Local	<input checked="" type="checkbox"/>	
Endereço postal	Praça Luis de Camões		
Telefone / Fax	286610100/ 286610101		
Endereço de correio eletrónico	geral@cm-mertola.pt		
Sítio na internet	cm-mertola.pt		
Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização?	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input checked="" type="checkbox"/>	
Organograma	Publicado na II série do DR de 20/12/2018		
2. LEGISLAÇÃO			
Regime Financeiro	Lei nº 73/2013 de 03 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 51/2018 de 16 de agosto		
Regime Jurídico	Lei nº 75/2013 de 12 de setembro		
3. PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE (a especificar – opcional)		Sim	Não
Serviços Municipalizados			
(Se a entidade assinalar que detém participações, deverá abrir uma linha para indicar qual a entidade e, dentro dessa linha, deverá ter a opção SIM/NÃO para responder se detém influência dominante sobre aquela entidade)		Influência dominante	
Serviços Intermunicipalizados			
Entidades Intermunicipais			
Resialentejo EIM	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
Entidades Associativas Municipais			
Conservatório Regional do Baixo Alentejo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
Cimbal - Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
Empresas Locais			
Empresas Participadas			
Cooperativas			
Alsud - Cooperativa ensino e formação profissional Alengarve CRL	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Cooperativa Agrícola do Guadiana, CRL	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
Fundações			
Fundação Serrão Martins	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Entidades de outra natureza			
Fundo de Apoio Municipal	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES			
Tratando-se de uma autarquia local, a entidade desenvolve a sua atividade dentro das atribuições e competências previstas em diploma próprio. Artigo 2º e nº 2 do artigo 23º da Lei 75/2013 de 12 de setembro.			
5. COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO			
5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO			
Jorge Paulo Colaço Rosa; Mário José Santos Tomé, Rosinda Maria Freire Pimenta; Lígia Isabel da Silva Rafael; Orlando Manuel Fonseca Pereira			
5.2 NÚMERO DE VEREADORES (1)			
Em regime de permanência.....	2		
A meio tempo.....	0		
Restantes vereadores.....	2		
5.3 NÚMERO DE ELEITORES			
Até 10.000.....	<input checked="" type="checkbox"/>		
Mais de 10.000 e menos de 40.000.....	<input type="checkbox"/>		
Igual ou superior a 40.000.....	<input type="checkbox"/>		
6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA			
Tratando-se de uma autarquia local, a entidade está obrigada à aplicação do Sistema de Normalização Contabilística SNC-AP, aprovado pelo DL nº 192/2015 de 11 de setembro.			
7. OUTRA INFORMAÇÃO			
7.1 AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (últimos 5 anos)			
Entidade fiscalizadora	sem registo de ações de fiscalização nos últimos 5 anos		
Data da ação			
Período abrangido			
Identificação da ação			
7.2 APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS		Data de Aprovação	
		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Norma de Controlo Interno e eventuais alterações (a especificar) (2)			
Regulamentos			
Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações			
Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão			

Handwritten signatures and initials on the right side of the form, including a large signature at the top and several smaller ones below.

7.3	INSCRIÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DO ANO ANTERIOR	Data de Aprovação	
		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
	Revisão Orçamental	17/06/2020	19/06/2020
	Alteração Orçamental (n.º 6, do art.º 40º RFALEI)		
7.4	INFORMAÇÃO RELATIVA À CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS		
	Identificação das entidades que compõem o Grupo Público		
7.5	DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (Art.º 111.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)	Sim	Não
	- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das autarquias locais	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das entidades	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
7.6	DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS (Art.º 116.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)	Sim	Não
	- Dos órgãos do município nos órgãos das freguesias	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	- Dos órgãos do município nos órgãos das entidades intermunicipais	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
7.7	INFORMAÇÃO RELATIVA A PESSOAL (2)	Sim	Não
	- Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, indicar se os mesmos foram observados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	- N.º de trabalhadores a 31 de dezembro	273	
7.8	PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	Início do exercício	Fim do exercício
		68	17
7.9	A PREENCHER, NO CASO DE SE TRATAR DE UMA ENTIDADE DE NATUREZA ASSOCIATIVA (3)		
	- Data da constituição		
	- Entidades associadas existentes no fim do exercício		
	- Informação sobre a existência de atividade/movimentos financeiros na gerência		
7.10	CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS/OBRAS PÚBLICAS	Sim	Não
	(a especificar)	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	- Concessionário	Nota: No caso da Autarquia ser concedente no âmbito de vários contratos, deverá apresentar uma quadro com a informação prevista, por cada contrato	
	- Objeto da concessão		
	- Data de celebração do contrato		
	- Período da concessão		
	- Natureza da concessão		
7.11	MECANISMOS DE RECUPERAÇÃO FINANCEIRA E OUTROS PROGRAMAS DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS A FORNECEDORES	Sim	Não
	(a especificar)	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

[1] Anexar no separador "Outros documentos" cópia da ata onde conste a deliberação para fixação do número de vereadores.

[2] Anexar no separador "Outros documentos"

[3] Anexar no separador "Outros documentos" os Estatutos aprovados e demais alterações

Handwritten signatures and initials, including a large stylized signature and several smaller ones, located at the bottom right of the page.

Modelo 9 Mapa dos investimentos financeiros (em entidades societárias, não societárias e em fundos) SNCAP

MUNICÍPIO DE MÉRTOLA

Período de relato: 01-01-2020 a 31-12-2020

Denominação	Entidades / Fundos		Participação no final do exercício				Observações
	Natureza da Entidade	NIPC	Valor subscrito	Data da subscrição	%	Valor contabilizado a 31/12/2020	
Resialentejo EIM	Empresa Intermunicipal	504895788	889.508,93	16/06/2012	12,50	349.999,93	
Fundação Serrão Martins	Fundação	507080769	25.000,00	30/12/2004	98,00	390.951,00	Efetuada registo a 31/12/2020 de 242.451,00 / método da equivalência patrimonial
Aisud – Cooperativa de Ensino e Formação CRL	Cooperativa	507624645	1.000,00	04/07/2006	44,44	129.526,00	Efetuada registo a 31/12/2020 de 125.526,00 / método da equivalência patrimonial
Cimbal – Comunidade Intermunicipal Do Baixo Alentejo	CIM	509761534	0,00	01/01/2015	10,42	0,00	
Cooperativa Agrícola do Guadiana CRL	Cooperativa	500075280	37,41	01/01/2002	0,0002	99,76	
Fundo de Apoio Municipal	Fundo	513319182	759.002,89	31/12/2014	n/d	487.930,50	
Conservatório Regional do Baixo Alentejo	Conservatório	503375241	249,40	15/03/1995	5,882	249,40	

M. J.

1. Trabalhadores da entidade autorizados a exercer funções noutros serviços

Nome	Cargo ou função	Data de provimento	Forma de provimento	Vencimento líquido anual	Observações	Entidade	Cargo ou Função	Data de autorização	Regime de acumulação	Valor líquido	Período a que reporta	CARGOS ACUMULADOS	
												FUNÇÕES PÚBLICAS	FUNÇÕES PÚBLICAS E/OU PRIVADAS
Rute Isabel F. G. Gamito	Engenheira Civil	38726	CTFPPT	16940			Engenheira Civil	39559	Privado	0	01 jan a 31 dez 2020		
Silvia Isabel Estevão Alexandre	Arquiteta	39539	CTFPPT	31460,16			Arquiteta	40535	Privado	0	01 jan a 31 dez 2020		
Luis Miguel da Luz Perras	Gestão	38001	CTFPPT	21898,08			Empresário	40731	Privado	0	01 jan a 31 dez 2020		
Ana Lucia T. S. Horta	Design grafico	40588	CTFPPT	16940,04			Designer	41155	Privado	0	01 jan a 31 dez 2020		
Rui Emanuel G. Carvalho	Arquiteto	38231	CTFPPT	21898,08		Conta própria	Arquitecto	41359	Privado	€ 1,566,56	01 jan a 31 dez 2020		
Paulo António Dionísio Felizardo	Engenheiro Civil	38369	CTFPPT	31460,16			Engenheiro Civil	41591	Privado	0	01 jan a 31 dez 2020		
Nuno Miguel M. Sequeira	Artes Plásticas e Multimédia	36816	CTFPPT	14460,96		Conta própria	Captação de Imagem	41625	Privado	€ 4,650,00	01 jan a 31 dez 2020		
José Manuel Cavaco Reis	Assistente Operacional	38323	CTFPPT	7980			Pesca	41793	Privado	0	01 jan a 31 dez 2020		
Jorge Manuel Conceição Branco	Artes Plásticas e Multimédia	40577	CTFPPT	14460,96			Designer	41819	Privado	0	01 jan a 31 dez 2020		
Maria Margarida Cercas Fortunato	Economia	36710	CTFPPT	34913,04			Empresária	41929	Privado	0	01 jan a 31 dez 2020		
Maria Manuel Palma Martins	Coordenador Técnico	32426	CTFPPT	15700,44			Empresária	42031	Privado	0	01 jan a 31 dez 2020		
Fernando Manuel Rosa Palma	Assistente Operacional	40672	CTFPPT	Baixa médica			Restauração	42552	Privado	0	01 jan a 31 dez 2020		
Bruno Miguel Marques Bartolomeu	Assistente Operacional	38334	CTFPPT	7980		Ana Palma e JF Alcaria Ruiva	Reparações Diversas	42766	Privado	220	01 jan a 31 dez 2020		
António Manuel Marques Almeida	Assistente Operacional	38798	CTFPPT	9003,12		Conta própria	Agricultura e Pecuária	42858	Privado	€ 17,574,39	01 jan a 31 dez 2020		
Nélia Isabel Revez Romba	Assistente Técnica	39295	CTFPPT	8437,56			Desenho Arqueológico	42957	Privado	0	01 jan a 31 dez 2020		
Tiago António Cruz Pinheiro	Assistente Operacional	40665	CTFPPT	7980			Gestão Espaço Prestação Serviços Investigação Científica	43137	Privado	0	01 jan a 31 dez 2020		
Santiago Augusto Ferreira Macias	Arqueologia	33767	CTFPPT	mobilidade				43133	Privado	0	01 jan a 31 dez 2020		
Valter Ângelo Porfírio Lourenço	Assistente Operacional	43255	CTFPPT	7980		Federação Portuguesa Futebol	Arbitragem	43270	Privado	692,5	01 jan a 31 dez 2020		
Carlos Manuel Coelho	Assistente Operacional	38231	CTFPPT	7980			Motorista	43297	Privado	0	01 jan a 31 dez 2020		
Nelson Manuel Inácio Medeiros	Assistente Operacional	38768	CTFPPT	7980		Conta própria	Apicultura	43333	Privado	€ 2,846,47	01 jan a 31 dez 2020		



M. L.

Fernando César Adajão Martins	43374	CTFPPTI	14460,96	Diversas Entidades	43385	Privado	€ 6,738,64	01 jan a 31 dez 2020	Gestão de conteúdos Web
António Venâncio Ribeiro	38323	CTFPPTI	7980	—	43654	Privado	0	01 jan a 31 dez 2020	Prestação serviços (c. civil)
Joana Rosário Oliveira	39414	CTFPPTI	16940,04	—	43738	Privado	0	01 jan a 31 dez 2020	Apoio matérias contratação pública
Fernando Grácio Ferreira Martins	39559	CTFPPTI	10081,32	Inedi Tradição	43745	Privado	€ 2,120,00	01 jan a 31 dez 2020	Pesca desportiva (guia)
Manuel Passinhas Palma	30011	CTFPPTI	14460,96	Conta própria	43902	Privado	€ 3,479,00	01 jan a 31 dez 2020	Artes Plásticas
Francisco Heider P. Sebastião	36900	CTFPPTI	10742,52	Conta própria	43936	Privado	€ 31,240,14	01 jan a 31 dez 2020	Comércio, topografia, agricultura
Maria Fernanda Ribeiro Cruz	44075	CTFPPTI	7980	Saniambiente, Lda	44111	Privado	€ 2,234,15	01 jan a 31 dez 2020	Higiene e Limpeza (Empresa)
Maria Fernanda Bento	44075	CTFPPTI	10742,52	Saniambiente, Lda	44111	Privado	€ 2,234,15	01 jan a 31 dez 2020	Higiene e Limpeza (Empresa)
Maria dos Anjos Belo	44075	CTFPPTI	7980	Saniambiente, Lda	44111	Privado	€ 2,334,34	01 jan a 31 dez 2020	Higiene e Limpeza (Empresa)

(a) As remunerações a indicar neste modelo serão os vencimentos líquidos e incluirão o subsídio de férias e Natal e outros que não revistam a natureza de simples compensação ou reembolso de despesas realizadas por motivo de serviço

NOTA: Os dados pessoais constantes deste documento são necessários e são recolhidos para efeitos das atividades de jurisdição e controlo financeiro público que cabem ao Tribunal de Contas, nos termos previstos na Lei n.º 98/97. Os mesmos serão tratados de forma a garantir a sua segurança. A sua manutenção e tratamento limitar-se-ão ao necessário à realização dessa finalidade.

n. f.

02000010095400001757 000104 00000

000104
CEQ-4561/01

OLIVEIRA REIS E ASSOCIADOS SROC LDA
AV COLUMBANO BORDALO PINHEIRO 75 8 PISO
FRACAO 8 O2
1070-061 LISBOA

Lisboa, 26 de janeiro de 2021

Assunto: Posição de MUNICIPIO MERTOLA em 2020/12/31
Contribuinte Número: 503279765

Exmos. Senhores,

Conforme vosso pedido, anexamos elementos referentes ao assunto em epígrafe.

Sem outro assunto de momento, aproveitamos a oportunidade para apresentar a V. Exas. os nossos melhores cumprimentos.

Banco Comercial Português, S.A.

José Cardoso

Carmona Dias

Nota: Esta declaração presta apenas a informação existente na data referenciada.

(Documento Processado por Computador)

Banco Comercial Português, S.A., sociedade aberta - Sede: Praça D. João I, 26, Porto.
Capital Social: Euros 4.725.000.000,00 - Matriz na Corte do Reg. Com. do Porto, com o nº único de matrícula e de identificação fiscal 501 525 882

Para os devidos efeitos, declaramos que as contas abaixo indicadas em nome de MUNICIPIO MERTOLA apresentavam em 2020/12/31 o saldo:

CREDITO COMERCIAL

Nº CONTA	NOME DA CONTA	SALDO	MOEDA
107186951	MUNICIPIO MERTOLA	42,836.14	EUR
122523621	MUNICIPIO MERTOLA	81,396.32	EUR
133028721	MUNICIPIO MERTOLA	64,551.30	EUR
133029691	MUNICIPIO MERTOLA	94,473.26	EUR
133031631	MUNICIPIO MERTOLA	90,286.17	EUR
133033571	MUNICIPIO MERTOLA	68,406.41	EUR
136941701	MUNICIPIO MERTOLA	60,906.08	EUR

DEPOSITOS A ORDEM

Nº CONTA	NOME DA CONTA	SALDO	MOEDA
9880097891	MUNICIPIO MERTOLA	378,489.83	EUR

CARTOES DE CREDITO

Nº CONTA	NOME DA CONTA	SALDO	MOEDA
4986002275125000	MUNICIPIO MERTOLA	84.50	EUR



José Cardoso



Carmona Dias



M. f.

02000010063400001757 000025 000106 00000



DECLARAÇÃO

ENTIDADE.....: MUNICIPIO MERTOLA
CONTRIBUINTE....: 503279765
CONTA Nº.....: 000009880097891

O Banco Comercial Português, S.A., sociedade aberta, com sede na Praça D. João I, 28, no Porto, matriculado na Conservatória do Registo Comercial do Porto com o número único de matrícula e de identificação fiscal 501 525 882 e o capital social de 4.725.000.000,00 Euros, declara, para os fins julgados convenientes, que a entidade acima referida detém a conta indicada, a qual poderá ser movimentada pelas pessoas para tal autorizadas que se listam abaixo:

- ASN EDUARDO MIGUEL AMARO BRITES
- ASN MIGUEL JOSE CAVACO BRITO
- ASN ANTONIO MANUEL DOMINGOS PARENTE FIGUEIRA
- ASN ROSINDA MARIA FREIRE PIMENTA
- ASN JORGE PAULO COLACO ROSA
- ASN MARIO JOSE SANTOS TOME

estando definidas as seguintes condições de movimentação:

- ASN VER CONDIÇÕES ABAIXO (*)
- (*) -(A+B);///(C+B) => (C) INTERVEM NA AUSENCIA DO PRESIDENTE (A); ///(D+B) => (D) INTERVEM NA AUSENCIA DE (A) E (C); ///(A+E) => (E) INTERVEM NA AUSENCIA DE (B); ///(A+F) => (F) INTERVEM NA AUSENCIA DE (B) E (E); ///(C+E) => (C) INTERVEM NA AUSENCIA DE (A) E (E) INTERVEM NA AUSENCIA DE (B); ///(D+E) => (D) INTERVEM NA AUSENCIA DE (A) E (C) E (E) INTERVEN NA AUSENCIA DE (B); /// (C+F) => (C) INTERVEM NA AUSENCIA DE (A) E (F) INTERVEM NA AUSENCIA DE (B) E (E); /// (D+F) => (D) INTERVEM NA AUSENCIA DE (A) E (C) E (F) INTERVEM NA AUSENCIA DE (B) E (E).
- A - JORGE PAULO COLACO ROSA

Banco Comercial Português, S.A., sociedade aberta - Sede: Praça D. João I, 28, Porto. Capital Social: Euro 4.725.000.000,00 - Ponto de Reg. Com. do Porto, com o nº único de matrícula e de identificação fiscal 501 525 882.

(Documento Processado por Computador)

M. I.



ENTIDADE.....: MUNICIPIO MERTOLA
CONTRIBUINTE....: 503279765
CONTA Nº.....: 000009880097891

C - MARIO JOSE SANTOS TOME

Lisboa, 26 de janeiro de 2021

Banco Comercial Português, S.A.

José Cardoso

Carmona Dias

Banco Comercial Português, S.A., sociedade aberta - Sede: Praça D. João I, 28, Porto
Capital Social: Euros 4.725.000.000,00 - Matriz, na Corte do Reg. Com. do Porto, com o nº. Insco de matrícula e de identificação fiscal 501.525.882

(Documento Processado por Computador)

M. J.



OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC
Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75 – 8º
Fração 8.02
1070 – 061 Lisboa

Nossa Refª: 6108.45.2021

Data: 12-02-2021

Assunto: Solicitação de Confirmações

Exmos. Senhores,

Em resposta ao pedido do n/cliente comum, **Câmara Municipal de Mértola**, vimos por este meio enviar informações solicitadas, com referência á data de 31/12/2020:

1) Recursos

Depósitos á Ordem (Sem restrições)

Nº Conta	Participação	Taxa de Juro	Saldo Contabilístico
40038518030	Empresa	0,00000%	€ 895.227,55
40206065261	Empresa	0.00000%	€ 22.148.20

Responsabilidades

Cartões de Crédito (Sem restrições)

Nº Conta	Participação	Limite	Saldo Contabilístico
55058060050	Empresa	€ 1.000,00	€ 0,00

2) Nada Consta

Handwritten signatures and initials, including a large signature and several smaller ones.





- 3) Nada Consta

- 4) Nada Consta

- 5)
 - a) Nada Consta
 - b) Nada Consta
 - c) Nada Consta

- 6)
 - a) Nada Consta
 - b) Nada Consta
 - c) Nada Consta

- 7)
 - a) Nada Consta
 - b) Nada Consta
 - c) Nada Consta
 - d) Nada Consta
 - e) Nada Consta

- 8) Nada Consta

- 9) Nada Consta

- 10) Nada Consta

- 11) Nada Consta

[Handwritten signatures and initials]



M. J.



12) Nada Consta

13) Nada Consta

14) Nada Consta

15) Nada Consta

16) Pessoas cujas assinaturas obrigam a Empresa perante esta Instituição,
(sempre duas assinaturas e selo branco; uma de um dos eleitos e a outra do
tesoureiro, na falta deste pode assinar o chefe de divisão ou o assistente técnico):

- Jorge Paulo Colaço Rosa (Presidente)
- Mário José Santos Tomé (Vereador)
- Rosinda Maria Freire Pimenta (Vereadora)
- António Manuel Domingos Parente Figueira (Chefe de Divisão)
- Eduardo Miguel Amaro Brites (Assistente Técnico)
- Miguel José Cavaco Brito (Tesoureiro)

Sem outro assunto, subscrevemo-nos

Com os melhores cumprimentos

Crédito Agrícola
Alentejo Sul



Data: 2020-12-31 NIPC: 503279765

Nome: MUNICIPIO MERTOLA

1. Saldos de Contas:

Ordem

Nº Conta	Produto	Data Inicio	Taxa Juro (%)	Saldo Contabilístico (Euro)	Moeda	Saldo (Moeda n/ Euro)
0459.000774.170	CONTA EXTRACTO	1997-11-06	0.00000	31.141,93	EURO RESIDENTE	0,00
0459.000043.470	CONTA EXTRACTO	1988-01-01	0.00000	4.639.052,65	EURO RESIDENTE	0,00
0459.000881.840	CONTA EXTRACTO	2000-07-13	0.00000	7.604,55	EURO RESIDENTE	0,00
0459.001184.580	CONTA EXTRACTO	2017-01-10	0.00000	140,26	EURO RESIDENTE	0,00
0459.001017.920	CONTA EXTRACTO	2005-11-09	0.00000	310.644,41	EURO RESIDENTE	0,00
0459.001081.420	CONTA EXTRACTO	2009-04-02	0.00000	826.272,75	EURO RESIDENTE	0,00

Autorizados

Nº Conta	Autorizado	Tipo Interveniante
0459.000043.470	ANTONIO MANUEL DOMINGOS PARENTE FIGUEIRA	AUTORIZADO - ASSINATURA CONJUNTA
0459.000043.470	EDUARDO MIGUEL AMARO BRITES	AUTORIZADO - ASSINATURA CONJUNTA
0459.000043.470	JORGE PAULO COLACO ROSA	AUTORIZADO - ASSINATURA CONJUNTA
0459.000043.470	MARIO JOSE SANTOS TOME	AUTORIZADO - ASSINATURA CONJUNTA
0459.000043.470	MIGUEL JOSE CAVACO BRITO	AUTORIZADO - ASSINATURA CONJUNTA
0459.000043.470	ROSINDA MARIA FREIRE PIMENTA	AUTORIZADO - ASSINATURA CONJUNTA
0459.000774.170	ANTONIO MANUEL DOMINGOS PARENTE FIGUEIRA	AUTORIZADO - ASSINATURA CONJUNTA
0459.000774.170	EDUARDO MIGUEL AMARO BRITES	AUTORIZADO - ASSINATURA CONJUNTA
0459.000774.170	JORGE PAULO COLACO ROSA	AUTORIZADO - ASSINATURA CONJUNTA
0459.000774.170	MARIO JOSE SANTOS TOME	AUTORIZADO - ASSINATURA CONJUNTA
0459.000774.170	MIGUEL JOSE CAVACO BRITO	AUTORIZADO - ASSINATURA CONJUNTA
0459.000774.170	ROSINDA MARIA FREIRE PIMENTA	AUTORIZADO - ASSINATURA CONJUNTA
0459.000881.840	ANTONIO MANUEL DOMINGOS PARENTE FIGUEIRA	AUTORIZADO - ASSINATURA CONJUNTA
0459.000881.840	EDUARDO MIGUEL AMARO BRITES	AUTORIZADO - ASSINATURA CONJUNTA
0459.000881.840	JORGE PAULO COLACO ROSA	AUTORIZADO - ASSINATURA CONJUNTA
0459.000881.840	MARIO JOSE SANTOS TOME	AUTORIZADO - ASSINATURA CONJUNTA
0459.000881.840	MIGUEL JOSE CAVACO BRITO	AUTORIZADO - ASSINATURA CONJUNTA
0459.000881.840	ROSINDA MARIA FREIRE PIMENTA	AUTORIZADO - ASSINATURA CONJUNTA
0459.001017.920	ANTONIO MANUEL DOMINGOS PARENTE FIGUEIRA	AUTORIZADO - ASSINATURA CONJUNTA
0459.001017.920	EDUARDO MIGUEL AMARO BRITES	AUTORIZADO - ASSINATURA CONJUNTA
0459.001017.920	JORGE PAULO COLACO ROSA	AUTORIZADO - ASSINATURA CONJUNTA
0459.001017.920	MARIO JOSE SANTOS TOME	AUTORIZADO - ASSINATURA CONJUNTA
0459.001017.920	MIGUEL JOSE CAVACO BRITO	AUTORIZADO - ASSINATURA CONJUNTA
0459.001017.920	ROSINDA MARIA FREIRE PIMENTA	AUTORIZADO - ASSINATURA CONJUNTA
0459.001081.420	ANTONIO MANUEL DOMINGOS PARENTE FIGUEIRA	AUTORIZADO - ASSINATURA CONJUNTA
0459.001081.420	EDUARDO MIGUEL AMARO BRITES	AUTORIZADO - ASSINATURA CONJUNTA
0459.001081.420	JORGE PAULO COLACO ROSA	AUTORIZADO - ASSINATURA CONJUNTA
0459.001081.420	MARIO JOSE SANTOS TOME	AUTORIZADO - ASSINATURA CONJUNTA

0459.001081.420	MIGUEL JOSE CAVACO BRITO	AUTORIZADO - ASSINATURA CONJUNTA
0459.001081.420	ROSINDA MARIA FREIRE PIMENTA	AUTORIZADO - ASSINATURA CONJUNTA
0459.001184.580	ANTONIO MANUEL DOMINGOS PARENTE FIGUEIRA	AUTORIZADO - ASSINATURA CONJUNTA
0459.001184.580	EDUARDO MIGUEL AMARO BRITES	AUTORIZADO - ASSINATURA CONJUNTA
0459.001184.580	JORGE PAULO COLACO ROSA	AUTORIZADO - ASSINATURA CONJUNTA
0459.001184.580	MARIO JOSE SANTOS TOME	AUTORIZADO - ASSINATURA CONJUNTA
0459.001184.580	MIGUEL JOSE CAVACO BRITO	AUTORIZADO - ASSINATURA CONJUNTA
0459.001184.580	ROSINDA MARIA FREIRE PIMENTA	AUTORIZADO - ASSINATURA CONJUNTA

Depósitos Obrigatórios/Necessários

Nº Conta	Saldo Contabilístico	Entidade
0459.001128.210	800,00	GASCAN GASES COMBUSTIVEIS,SA
0459.001111.910	17.450,02	CONSTRUCOES MARQUES & GUEDES,SA
2170.001633.990	9.735,69	CARAVELA COMPANHIA SEGUROS,SA
0594.002845.110	693,70	VEIGA LOPES,SA

Prazo

(Nada consta)

(Nada consta)

2. Contas Sem Saldo

Ordem

(Nada consta)

Prazo

(Nada consta)

(Nada consta)

Ações, obrigações ou outros valores mobiliários

(Nada consta)

3. Ações, obrigações ou outros valores mobiliários depositados à nossa guarda

(Nada consta)

4. Quantia de Impostos retidos na fonte

Nº Conta	Imposto selo	IRC	IRS
0459.000881.800	0,00	0,00	0,00
0459.001184.580	0,00	0,00	0,00
0459.000043.470	0,00	0,00	0,00
0459.001081.420	0,00	0,00	0,00
0459.001017.920	0,00	0,00	0,00
0459.000774.170	0,00	0,00	0,00

5. Letras

a) Letras e quaisquer outros valores à cobrança

(Nada consta)

(Nada consta)

b) Efeitos descontados e não vencidos

(Nada consta)

c) Efeitos descontados, vencidos e não pagos, pendentes de devolução ou reembolso

(Nada consta)

6. Relação discriminada, por rubrica de:

a) Contas movimentadas a descoberto e tipo e valor da garantia

(Nada consta)

b) Contas correntes, com indicação da natureza, vencimentos, taxa e data de pagamentos dos juros e tipo e valor da caução

(Nada consta)

c) Empréstimos de qualquer natureza, titulados ou não, com indicação dos vencimentos, taxa e data de pagamento dos juros e tipo e valor da garantia

Operação	Montante contratado	Moeda	Estado financeiro	Produto	Data Início	Data Fim	Nº garantia	Tipo de garantia/colateral	Montante Colateral	Moeda	Taxa Juro (%)	Capital vincendo	Valores em dívida	Dívida total	Moeda
PT 003504590005927091	349.382,78	EUR	SITUACAO REGULAR	MLP BONIF SECT PUBL (MIGR)	1996-10-17	2024-04-17	PT 0035901500504 927080001	CONS REC - MUNCNCP	349.382,78	EUR	0,78100	57.309,19	0,00	57.309,19	EUR
PT 0035901500071220091	0,01	EUR	SITUACAO REGULAR	MLP EMPRESAS DBI/DGE/DES/IDE N	2011-01-25	2030-01-25	PT 0035901500504 927080001	CONS REC - MUNCNCP	0,01	EUR	3,21900	0,00	0,00	0,00	EUR
PT 0035901500071212091	1.000.000,00	EUR	SITUACAO REGULAR	MLP EMPRESAS DBI/DGE/DES/IDE N	2011-01-25	2030-01-25	PT 0035901500504 927080001	CONS REC - MUNCNCP	1.000.000,00	EUR	1,24700	129.611,26	0,00	129.611,26	EUR
PT 0035901500071204091	950.000,00	EUR	SITUACAO REGULAR	MLP EMPRESAS DBI/DGE/DES/IDE N	2011-01-25	2030-01-25	PT 0035901500504 927080001	CONS REC - MUNCNCP	950.000,00	EUR	1,24700	173.925,62	0,00	173.925,62	EUR

Responsabilidades sem garantia

(Nada consta)

Informação relativa a crédito à habitação e crédito ao consumo

(Nada consta)

7. Responsabilidades por cartas de crédito, créditos abertos não utilizados, garantias, fianças, avales, cartas de conforto, hipotecas, penhores, etc.

(Nada consta)

8. Responsabilidades por cartões de crédito

Cartões activos (com movimentos nos últimos três meses)

(Nada consta)

9. Mercados financeiros

(Nada consta)

10. Quaisquer acordos de saneamento financeiro, contratos de viabilização ou consolidação de passivos

(Nada consta)

11. Informações respeitantes a operações contratadas, realizadas ou previstas em nome e/ou a favor de terceiras entidades em que a entidade em epigrafe tenha intervido a qualquer título, indicando também qual o tipo de tal intervenção

(Nada consta)

12. Detalhes de qualquer acordo de compensação entre duas ou mais contas ou posições (...)

(A existir consta em folha anexa.)

13. Informações sobre quaisquer outras situações ou operações ativas ou passivas, efetuadas ou em curso, que representem para a empresa:
13.1 - responsabilidades efetivas ou contingentes ou limitações ou ônus aos seus serviços e operações em que é beneficiária/credora

(Nada consta)

Outra Informação:

(Nada consta)



CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA

Instituição de Crédito : Caixa Geral de Depósitos, S.A. - Mértola
IBAN da Conta :

NIB da Conta : 003504590000043473006

Conta : 00000434730 - Geral

Posição da Reconciliação Bancária

Nº Pág.
1

Ano
2018

Data	Documento		Descrição	Movimentos		Situação	Extrato	
	Tipo	Número		Débito	Crédito		Número	Data
12/11/2018	CHEQUE	1811990576	ANA MARIA DOS SANTOS RAMOS		16,00	Por Reconciliar		
12/11/2018	CHEQUE	3611990574	PATRICIA ISABEL PALMA ROSA		8,00	Por Reconciliar		
Totais				0,00	24,00			



RESUMO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM: / SUMMARY OF THE FINANCIAL POSITION IN: 31/12/2020

CLIENTE BANCÁRIO Nº: / BANKING CUSTOMER Nr: 01851893

NOME DO CLIENTE: / CUSTOMER NAME: CAMARA MUNICIPAL MERTOLA

NIF: / VAT NUMBER: 503279765

APLICAÇÕES / INVESTMENTS

Depósitos à Ordem / Current Account	Nº Contrato / Account Nr.	Moeda / Currency	Taxa de Juro / Interest Rate	Saldo / Balance
DO - NORMAL	241227260007	EUR	0,0000	82,01
FINANCIAMENTO	0770026076	EUR	0,0000	49.422,94-
FINANCIAMENTO	0770026077	EUR	0,0000	103.630,87-



NEL_0210215M030K0C_NOR_CTTDLSDA0030X 2400 2

Proteção de Crédito

ASP/140 / 10/09

A. I.

RESUMO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM: / SUMMARY OF THE FINANCIAL POSITION IN: 31/12/2020

CLIENTE BANCÁRIO Nº: / BANKING CUSTOMER Nr: 01851893

NOME DO CLIENTE: / CUSTOMER NAME: CAMARA MUNICIPAL MERTOLA

NIF: / VAT NUMBER: 503279765

RESPONSABILIDADES / RESPONSABILITIES

Nº Contrato / Account Nr.	Produto / Product	Data de Início / Start Date	Data Fim / End Date	Moeda / Currency	Valor da Posição / Portfolio Value
0770026076	CREDITO - FINANCIAMENTOS	24/06/2008	24/06/2028	EUR	49.422,94
0770026077	CREDITO - FINANCIAMENTOS	24/06/2008	24/06/2028	EUR	103.630,87

NBI_021025M66XKDC_NOR_CTTDLEDAK0033XK 2400 2

Printsub por Consultador

AUTENTICAR / VALIDAR



Handwritten signatures and initials, including a large signature at the top right and another at the bottom right.

RESUMO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM: / SUMMARY OF THE FINANCIAL POSITION IN: 31/12/2020

CLIENTE BANCÁRIO Nº: / BANKING CUSTOMER Nr: 01851893

NOME DO CLIENTE: / CUSTOMER NAME: CAMARA MUNICIPAL MERTOLA

NIF: / VAT NUMBER: 503279765

PODERES DE MOVIMENTAÇÃO / AUTHORIZED SIGNATURES

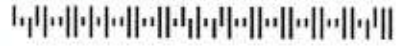
Nº Contrato / Account Nr.	Descrição / Description	NOME / NAME	Documento Identificação / ID Number
241227260007	DO - NORMAL	JORGE PAULO COLACO ROSA	196033730
241227260007	DO - NORMAL	ROSINDA MARIA FREIRE PIMENTA	213645980
241227260007	DO - NORMAL	ANTONIO MANUEL DOMINGOS PARENTE FIGUEIRA	206678410
241227260007	DO - NORMAL	EDUARDO MIGUEL AMARO BRITES	180864351
241227260007	DO - NORMAL	MARIO JOSE SANTOS TOME	213723530
241227260007	DO - NORMAL	MIGUEL JOSE CAVACO BRITO	216549159



NB_0710215M6XKDC_NOR_CTTDLSDA003XX 2400 3

Financiário / Finance

ALP/1146 / 14/08/08



OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SRQC
AV COLUMBANO BORDALO PINHEIRO, 75,8,8.02

LISBOA
1070-061 LISBOA

Lisboa, 19 DE FEVEREIRO DE 2021

Assunto: Certificação de saldos
Data Posição: 2020-12-31
MUNICIPIO DE MERTOLA
503279765

Exmos Senhores


De acordo com o solicitado, anexamos a informação referente ao assunto em epígrafe.

As informações constantes nos anexos respeitam exclusivamente aos elementos nela contidos, não podendo, por isso, ser enquadradas noutras informações.

O conteúdo desta informação é enviado em simultâneo para o Auditor e Cliente.

Sem outro assunto de momento, apresentamos os nossos melhores cumprimentos.

Atentamente
Banco Santander Totta, S.A.



Anabela Gomes

CTP - Relações com Entidades Oficiais



Sofia Salvado

CTP - Relações com Entidades Oficiais



8920810090031009100045001

SUPERLINHA

+351 217 807 384



4.1.

Nome do Cliente: MUNICIPIO DE MERTOLA
NIF: 503279765
Data Posição: 2020-12-31

CONTAS

Contas à Ordem	NR Contrato	Moeda	Montante Contratado	Únus	Saldo Contabilístico
SUPER CONTA INSTITUC	0003.18233098020	EUR	0,00	N	1.992.180,62

PODERES DE MOVIMENTAÇÃO

Contas à Ordem	NR Contrato	Moeda	Nome	Tipo de Intervenção
SUPER CONTA INSTITUC	0003.18233098020	EUR	ROSINDA MARIA FREIRE PIMENTA	INTERVENIENTE ESTATUTARIO
SUPER CONTA INSTITUC	0003.18233098020	EUR	JORGE PAULO COLACO ROSA	INTERVENIENTE ESTATUTARIO
SUPER CONTA INSTITUC	0003.18233098020	EUR	EDUARDO MIGUEL AMARO BRITES	INTERVENIENTE ESTATUTARIO
SUPER CONTA INSTITUC	0003.18233098020	EUR	ANTONIO MANUEL DOMINGOS PARENTE FIGUEIRA	INTERVENIENTE ESTATUTARIO
SUPER CONTA INSTITUC	0003.18233098020	EUR	MIGUEL JOSE CAVACO BRITO	INTERVENIENTE ESTATUTARIO
SUPER CONTA INSTITUC	0003.18233098020	EUR	MARIO JOSE SANTOS TOME	INTERVENIENTE ESTATUTARIO
SUPER CONTA INSTITUC	0003.18233098020	EUR	MUNICIPIO DE MERTOLA	TITULAR

RESPONSABILIDADES

Contas Correntes	NR Contrato	Moeda	Montante Contratado	Taxa	Data Venc./ Renovação	Saldo Contabilístico	Garantia
C/ CORRENTE-CURTO PRA	0003.15921768097	EUR	0,00	0,000	2010-05-25	0,00	N

Empréstimos	NR Conta	Moeda	Capital em dívida	Taxa	Data Vencimento	Garantia
MUTUOS	0003.04251962096	EUR	45.981,67-	0,054	2023-08-21	N
MUTUOS	0003.04251970096	EUR	87.753,15-	0,054	2023-08-21	N
MUTUOS	0003.04533831096	EUR	92.307,60-	0,054	2023-08-21	N
MUTUOS	0003.04533880096	EUR	73.321,44-	0,054	2023-08-21	N
MUTUOS COM TRANCHES	0003.11077913096	EUR	1.375.000,02-	1,900	2037-05-30	N

OUTRAS INFORMAÇÕES

Cheques a Fornecedores	NR Conta	Montante em Carteira
CONTA CHEQUE FORNECE	0003.11080076028	13.198,12

Handwritten signatures and initials, including a large stylized signature and several smaller ones below it.

MODELO 11 - Reconciliações bancárias

CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA

Período do relato: 01-01-2020 a 31-12-2020

RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS

Designação da entidade	Câmara Municipal de Mértola
------------------------	-----------------------------

Período de relato	dez/20
-------------------	--------

Banco: Caixa Geral de Depósitos - Geral	Conta nº 003504590000043473006
Rec. Banc. referente a	31/12/2020

1. Saldo do extrato bancário a)				4 639 052,65 €	
2. Cheques em trânsito					
Nº	Data	Descrição	Valor		
			Parcial	Total	
		(Anexo 1 - Relação de cheques de 2018 e 2020)			
Total					174 663,27 €
3. Depósitos em trânsito					
Nº	Data	Descrição	Valor		
			Parcial	Total	
Total					0,00 €
4. Outras operações a adicionar					
Nº	Data	Natureza da operação	Valor		
			Parcial	Total	
	27/11/2020	TRF SEPA			16,43
	18/12/2020	TRF SEPA			24,38
	23/12/2020	TRF SEPA			18,02
		GR 41/247, de 21 setembro/2020			22,41
Total					81,24 €
5. Outras operações a subtrair					
Nº	Data	Natureza da operação	Valor		
			Parcial	Total	
	05/02/2018	TRF Depósito (nº2, de 14/2)			5,00 €
	03/09/2018	TRF Susete Maria Xime (nº9, de 17/9)			3,99 €
	13/02/2019	TRF Dina Jesus Carras (nº2, de 26/2)			18,47 €
	25/02/2020	TRF Ana Martins (nº2, de 27/2)			4,87 €
	03/04/2020	TRF Sónia Isabel Jose (nº4, de 7/5)			49,05 €
	08/05/2020	TRF Laura de Jesus Ca (nº5, de 18/5)			4,21 €
	26/08/2020	TRF Dr Imke Feierabe (nº8, de 31/8)			41,90 €
	16/09/2020	TRF Hr H Schuiling en (nº9, de 01/10)			1,00 €
	10/10/2020	TRF Carla Sofia Lopes (nº10, de 13/10)			201,00 €
	20/10/2020	TRF Maria Manuela Con (nº10, de 23/10)			501,49 €
	30/10/2020	TRF Centro Hospit Baixo (nº10, de 02/11)			100,38 €
	30/12/2020	DVL MMTL JoseMiguel (nº12, de 31/12)			340,49 €
Total					1 271,85 €
6. Total (valor reconciliado)		(6=1-2+3+4-5)			4 463 198,77 €
7. Saldo contabilístico				4 463 198,77 €	

Este mapa destina-se a apresentar a listagem dos cheques em trânsito, bem como de outros movimentos justificativos das divergências eventualmente existentes entre os saldos bancários e os saldos contabilísticos, por instituição bancária.

A verificar-se diferença entre o ponto nº. 6 - "Total (valor reconciliado)" e o ponto nº. 7 - "Saldo contabilístico" deverá a mesma ser justificada pormenorizadamente.

Este anexo poderá ser substituído por outro documento, nomeadamente por modelos informatizados, desde que forneçam o essencial da informação solicitada.

a) Devidamente certificado pela instituição de crédito

Preparado por	Data	Aprovado por	Data
Paula Madeira	09/03/2021	António Figueira	09/03/2021

MODELO 11 - Reconciliações bancárias

CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLO

Período do relato: 01-01-2020 a 31-12-2020

RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS

Designação da entidade	Câmara Municipal de Mértola
------------------------	-----------------------------

Período de relato	dez/20
-------------------	--------

Banco: Caixa Geral de Depósitos - Fundo de Coesão	Conta nº 00350459007741730
Rec. Banc. referente a	31/12/2020

1. Saldo do extrato bancário a)	31 141,93 €
---------------------------------	-------------

2. Cheques em trânsito				
Nº	Data	Descrição	Valor	
			Parcial	Total
		(Anexo 2 - Relação de cheques de 2020)		
Total				18 519,50 €

3. Depósitos em trânsito				
Nº	Data	Descrição	Valor	
			Parcial	Total
Total				0,00 €

4. Outras operações a adicionar				
Nº	Data	Natureza da operação	Valor	
			Parcial	Total
Total				0,00 €

5. Outras operações a subtrair				
Nº	Data	Natureza da operação	Valor	
			Parcial	Total
Total				0,00 €

6. Total (valor reconciliado)	(6=1-2+3+4-5)	12 622,43 €
-------------------------------	---------------	-------------

7. Saldo contabilístico	12.622,43
-------------------------	-----------

Este mapa destina-se a apresentar a listagem dos cheques em trânsito, bem como de outros movimentos justificativos das divergências eventualmente existentes entre os saldos bancários e os saldos contabilísticos, por instituição bancária.

A verificar-se diferença entre o ponto nº. 6 - "Total (valor reconciliado)" e o ponto nº. 7 - "Saldo contabilístico" deverá a mesma ser justificada pormenorizadamente.

Este anexo poderá ser substituído por outro documento, nomeadamente por modelos informatizados, desde que forneçam o essencial da informação solicitada.

a) Devidamente certificado pela instituição de crédito

Preparado por	Data	Aprovado por	Data
Paula Madeira	09/03/2021	António Figueira	09/03/2021

MODELO 11 - Reconciliações bancárias

CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLO

Período do relato: 01-01-2020 a 31-12-2020

RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS

Designação da entidade	Câmara Municipal de Mértola
------------------------	-----------------------------

Período de relato	dez/20
-------------------	--------

Banco: Caixa Geral de Depósitos - Feder	Conta nº 003504590000010814230
Rec. Banc. referente a	31/12/2020

1. Saldo do extrato bancário a)	826 272,75 €
---------------------------------	--------------

2. Cheques em trânsito				
Nº	Data	Descrição	Valor	
			Parcial	Total
		(Anexo 3 - Relação de cheques de 2020)		
Total			8 852,30 €	

3. Depósitos em trânsito				
Nº	Data	Descrição	Valor	
			Parcial	Total
Total			0,00 €	

4. Outras operações a adicionar				
Nº	Data	Natureza da operação	Valor	
			Parcial	Total
Total			0,00 €	

5. Outras operações a subtrair				
Nº	Data	Natureza da operação	Valor	
			Parcial	Total
	06/11/2020	TRF Agência Desenv Co (nº11, 15/12)		3 221,79 €
Total			3 221,79 €	

6. Total (valor reconciliado)	(6=1-2+3+4-5)	814 198,66 €
-------------------------------	---------------	--------------

7. Saldo contabilístico	814 198,66 €
-------------------------	--------------

Este mapa destina-se a apresentar a listagem dos cheques em trânsito, bem como de outros movimentos justificativos das divergências eventualmente existentes entre os saldos bancários e os saldos contabilísticos, por instituição bancária.

A verificar-se diferença entre o ponto nº. 6 - "Total (valor reconciliado)" e o ponto nº. 7 - "Saldo contabilístico" deverá a mesma ser justificada pormenorizadamente.

Este anexo poderá ser substituído por outro documento, nomeadamente por modelos informatizados, desde que forneçam o essencial da informação solicitada.

a) Devidamente certificado pela instituição de crédito

Preparado por	Data	Aprovado por	Data
Paula Madeira	09/03/2021	António Figueira	09/03/2021

MODELO 11 - Reconciliações bancárias

CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLO

Período do relato: 01-01-2020 a 31-12-2020

RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS

Designação da entidade	Câmara Municipal de Mértola
------------------------	-----------------------------

Período de relato	dez/20
-------------------	--------

Banco: Caixa Geral de Depósitos - Pepal	Conta nº 0035045900001017923075
Rec. Banc. referente a	31/12/2020

1. Saldo do extrato bancário a)	310 644,41 €
---------------------------------	--------------

2. Cheques em trânsito				
Nº	Data	Descrição	Valor	
			Parcial	Total
Total			0,00 €	

3. Depósitos em trânsito				
Nº	Data	Descrição	Valor	
			Parcial	Total
Total			0,00 €	

4. Outras operações a adicionar				
Nº	Data	Natureza da operação	Valor	
			Parcial	Total
Total			0,00 €	

5. Outras operações a subtrair				
Nº	Data	Natureza da operação	Valor	
			Parcial	Total
Total			0,00 €	

6. Total (valor reconciliado)	(6=1-2+3+4-5)	310 644,41 €
-------------------------------	---------------	--------------

7. Saldo contabilístico	310 644,41 €
-------------------------	--------------

Este mapa destina-se a apresentar a listagem dos cheques em trânsito, bem como de outros movimentos justificativos das divergências eventualmente existentes entre os saldos bancários e os saldos contabilísticos, por instituição bancária.

A verificar-se diferença entre o ponto nº. 6 - "Total (valor reconciliado)" e o ponto nº. 7 - "Saldo contabilístico" deverá a mesma ser justificada pormenorizadamente.

Este anexo poderá ser substituído por outro documento, nomeadamente por modelos informatizados, desde que forneçam o essencial da informação solicitada.

a) Devidamente certificado pela instituição de crédito

Preparado por	Data	Aprovado por	Data
Paula Madeira	09/03/2021	António Figueira	09/03/2021

MODELO 11 - Reconciliações bancárias

CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA

Período do relato: 01-01-2020 a 31-12-2020

RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS

Designação da entidade	Câmara Municipal de Mértola
------------------------	-----------------------------

Período de relato	dez/20
-------------------	--------

Banco: Caixa Geral de Depósitos - Creche	Conta nº 003504590001184583043
Rec. Banc. referente a	31/12/2020

1. Saldo do extrato bancário a)				140,26 €	
2. Cheques em trânsito					
Nº	Data	Descrição	Valor		
			Parcial	Total	
Total					0,00 €
3. Depósitos em trânsito					
Nº	Data	Descrição	Valor		
			Parcial	Total	
Total					0,00 €
4. Outras operações a adicionar					
Nº	Data	Natureza da operação	Valor		
			Parcial	Total	
Total					0,00 €
5. Outras operações a subtrair					
Nº	Data	Natureza da operação	Valor		
			Parcial	Total	
Total					0,00 €
6. Total (valor reconciliado) (6=1-2+3+4-5)				140,26 €	
7. Saldo contabilístico				140,26 €	

Este mapa destina-se a apresentar a listagem dos cheques em trânsito, bem como de outros movimentos justificativos das divergências eventualmente existentes entre os saldos bancários e os saldos contabilísticos, por instituição bancária.

A verificar-se diferença entre o ponto nº. 6 - "Total (valor reconciliado)" e o ponto nº. 7 - "Saldo contabilístico" deverá a mesma ser justificada pormenorizadamente.

Este anexo poderá ser substituído por outro documento, nomeadamente por modelos informatizados, desde que forneçam o essencial da informação solicitada.

a) Devidamente certificado pela instituição de crédito

Preparado por	Data	Aprovado por	Data
Paula Madeira	09/03/2021	António Figueira	09/03/2021

M. E

MODELO 11 - Reconciliações bancárias

CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA

Período do relato: 01-01-2020 a 31-12-2020

RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS

Designação da entidade	Câmara Municipal de Mértola
------------------------	-----------------------------

Período de relato	dez/20
-------------------	--------

Banco: Caixa Geral de Depósitos - Via Verde	Conta nº 003504590000881843036
Rec. Banc. referente a	31/12/2020

1. Saldo do extrato bancário a)	7 604,55 €
---------------------------------	------------

2. Cheques em trânsito				
Nº	Data	Descrição	Valor	
			Parcial	Total
		(Relação de cheques de 2020)		
Total				138,66 €

3. Depósitos em trânsito				
Nº	Data	Descrição	Valor	
			Parcial	Total
Total				0,00 €

4. Outras operações a adicionar				
Nº	Data	Natureza da operação	Valor	
			Parcial	Total
	07/12/2020	BXVAL 03 (nº12, de 06/1)		43,80 €
	09/12/2020	BXVAL 03 (nº12, de 06/1)		4,35 €
	16/12/2020	BXVAL 03 (nº12, de 06/1)		6,20 €
	23/12/2020	BXVAL 03 (nº12, de 06/1)		9,70 €
Total				64,05 €

5. Outras operações a subtrair				
Nº	Data	Natureza da operação	Valor	
			Parcial	Total
Total				0,00 €

6. Total (valor reconciliado)	(6=1-2+3+4-5)	7 529,94 €
-------------------------------	---------------	------------

7. Saldo contabilístico	7 529,94 €
-------------------------	------------

Este mapa destina-se a apresentar a listagem dos cheques em trânsito, bem como de outros movimentos justificativos das divergências eventualmente existentes entre os saldos bancários e os saldos contabilísticos, por instituição bancária. A verificar-se diferença entre o ponto nº. 6 - "Total (valor reconciliado)" e o ponto nº. 7 - "Saldo contabilístico" deverá a mesma ser justificada pormenorizadamente. Este anexo poderá ser substituído por outro documento, nomeadamente por modelos informatizados, desde que forneçam o essencial da informação solicitada.

a) Devidamente certificado pela instituição de crédito

Preparado por	Data	Aprovado por	Data
Paula Madeira	09/03/2021	António Figueira	09/03/2021

MODELO 11 - Reconciliações bancárias

CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA

Período do relato: 01-01-2020 a 31-12-2020

RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS

Designação da entidade	Câmara Municipal de Mértola
------------------------	-----------------------------

Período de relato	dez/20
-------------------	--------

Banco: Millennium BCP - Geral	Conta nº 003300000988009789121
-------------------------------	--------------------------------

Rec. Banc. referente a	31/12/2020
------------------------	------------

1. Saldo do extrato bancário a)	378 489,83 €
---------------------------------	--------------

2. Cheques em trânsito				
Nº	Data	Descrição	Valor	
			Parcial	Total
		(Anexo 5 - Relação de cheques de 2020)		
Total				145,52 €

3. Depósitos em trânsito				
Nº	Data	Descrição	Valor	
			Parcial	Total
Total				0,00 €

4. Outras operações a adicionar				
Nº	Data	Natureza da operação	Valor	
			Parcial	Total
	03/02/2017	Reembolso CMM (nº2, de 14/2)		2,99 €
	23/10/2017	Restaurante em Beja (nº10, de 02/11)		24,00 €
	31/08/2020	Com. manutenção (nº8, de 1/9)		5,00 €
	30/09/2020	Com. manutenção (nº9, de 1/10)		5,00 €
	22/12/2020	Bus Cartão Crédito (nº12, de 6/1)		61,52 €
	28/12/2020	Comissão (nº12, de 06/1)		3,00 €
	28/12/2020	Comissão (nº12, de 06/1)		426,70 €
	28/12/2020	IVA Comissão (nº12, de 06/1)		0,70 €
	28/12/2020	IVA Comissão (nº12, de 06/1)		98,14 €
	28/12/2020	Devoluções (nº12, de 06/1)		745,53 €
Total				1 372,58 €

5. Outras operações a subtrair				
Nº	Data	Natureza da operação	Valor	
			Parcial	Total
	24/12/2021	Cobrança Água (nº12, de 06/1)		206,51 €
	24/12/2021	Cobrança Água (nº12, de 06/1)		57 714,16 €
	31/12/2021	Cobrança Água (nº12, de 06/1)		348,21 €
Total				58 268,88 €

6. Total (valor reconciliado)	(6=1-2+3+4-5)	321 448,01 €
-------------------------------	---------------	--------------

7. Saldo contabilístico	321 448,01 €
-------------------------	--------------

Este mapa destina-se a apresentar a listagem dos cheques em trânsito, bem como de outros movimentos justificativos das divergências eventualmente existentes entre os saldos bancários e os saldos contabilísticos, por instituição bancária.

A verificar-se diferença entre o ponto nº. 6 - "Total (valor reconciliado)" e o ponto nº. 7 - "Saldo contabilístico" deverá a mesma ser justificada pormenorizadamente.

Este anexo poderá ser substituído por outro documento, nomeadamente por modelos informatizados, desde que forneçam o essencial da informação solicitada.

a) Devidamente certificado pela instituição de crédito

Preparado por	Data	Aprovado por	Data
Paula Madeira	09/03/2021	António Figueira	09/03/2021

(Handwritten signatures and initials)

MODELO 11 - Reconciliações bancárias

CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA

Período do relato: 01-01-2020 a 31-12-2020

RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS

Designação da entidade	Câmara Municipal de Mértola
------------------------	-----------------------------

Período de relato	dez/20
-------------------	--------

Banco: Caixa Crédito Agrícola Mútuo - Geral	Conta nº 003300000988009789121
Rec. Banc. referente a	31/12/2020

1. Saldo do extrato bancário a)		895 227,55 €		
2. Cheques em trânsito				
Nº	Data	Descrição	Valor	
			Parcial	Total
		(Anexo 6 - Relação de cheques de 2018, 2019 e 2020)		
Total				9 025,45 €
3. Depósitos em trânsito				
Nº	Data	Descrição	Valor	
			Parcial	Total
Total				0,00 €
4. Outras operações a adicionar				
Nº	Data	Natureza da operação	Valor	
			Parcial	Total
	24/08/2017	Mértola Futuro (nº8, de 30/8)		200,00 €
Total				200,00 €
5. Outras operações a subtrair				
Nº	Data	Natureza da operação	Valor	
			Parcial	Total
Total				0,00 €
6. Total (valor reconciliado)		(6=1-2+3+4-5)	886 402,10 €	
7. Saldo contabilístico		886 402,10 €		

Este mapa destina-se a apresentar a listagem dos cheques em trânsito, bem como de outros movimentos justificativos das divergências eventualmente existentes entre os saldos bancários e os saldos contabilísticos, por instituição bancária. A verificar-se diferença entre o ponto nº. 6 - "Total (valor reconciliado)" e o ponto nº. 7 - "Saldo contabilístico" deverá a mesma ser justificada pormenorizadamente.

Este anexo poderá ser substituído por outro documento, nomeadamente por modelos informatizados, desde que forneçam o essencial da informação solicitada.

a) Devidamente certificado pela instituição de crédito

Preparado por	Data	Aprovado por	Data
Paula Madeira	09/03/2021	António Figueira	09/03/2021

MODELO 11 - Reconciliações bancárias

CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA

Período do relato: 01-01-2020 a 31-12-2020

RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS

Designação da entidade	Câmara Municipal de Mértola
------------------------	-----------------------------

Período de relato	dez/20
-------------------	--------

Banco: Caixa Crédito Agrícola Mútuo-Caça	Conta nº 004561034020606526115
Rec. Banc. referente a	31/12/2020

1. Saldo do extrato bancário a)				22 148,20 €	
2. Cheques em trânsito					
Nº	Data	Descrição	Valor		
			Parcial	Total	
Total					0,00 €
3. Depósitos em trânsito					
Nº	Data	Descrição	Valor		
			Parcial	Total	
Total					0,00 €
4. Outras operações a adicionar					
Nº	Data	Natureza da operação	Valor		
			Parcial	Total	
Total					0,00 €
5. Outras operações a subtrair					
Nº	Data	Natureza da operação	Valor		
			Parcial	Total	
Total					0,00 €
6. Total (valor reconciliado)		(6=1-2+3+4-5)		22 148,20 €	
7. Saldo contabilístico				22 148,20 €	

Este mapa destina-se a apresentar a listagem dos cheques em trânsito, bem como de outros movimentos justificativos das divergências eventualmente existentes entre os saldos bancários e os saldos contabilísticos, por instituição bancária. A verificar-se diferença entre o ponto nº. 6 - "Total (valor reconciliado)" e o ponto nº. 7 - "Saldo contabilístico" deverá a mesma ser justificada pormenorizadamente.

Este anexo poderá ser substituído por outro documento, nomeadamente por modelos informatizados, desde que forneçam o essencial da informação solicitada.

a) Devidamente certificado pela instituição de crédito

Preparado por	Data	Aprovado por	Data
Paula Madeira	09/03/2021	António Figueira	09/03/2021

n.º 1

JA

CP

[Handwritten signatures]

MODELO 11 - Reconciliações bancárias

CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLO

Período do relato: 01-01-2020 a 31-12-2020

RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS

Designação da entidade	Câmara Municipal de Mértola
------------------------	-----------------------------

Período de relato	dez/20
-------------------	--------

Banco: Novo Banco	Conta nº 000702410022726000796
Rec. Banc. referente a	31/12/2020

1. Saldo do extrato bancário a)				82,01 €	
2. Cheques em trânsito					
Nº	Data	Descrição	Valor		
			Parcial	Total	
Total					0,00 €
3. Depósitos em trânsito					
Nº	Data	Descrição	Valor		
			Parcial	Total	
Total					0,00 €
4. Outras operações a adicionar					
Nº	Data	Natureza da operação	Valor		
			Parcial	Total	
Total					0,00 €
5. Outras operações a subtrair					
Nº	Data	Natureza da operação	Valor		
			Parcial	Total	
Total					0,00 €
6. Total (valor reconciliado) (6=1-2+3+4-5)				82,01 €	
7. Saldo contabilístico				82,01 €	

Este mapa destina-se a apresentar a listagem dos cheques em trânsito, bem como de outros movimentos justificativos das divergências eventualmente existentes entre os saldos bancários e os saldos contabilísticos, por instituição bancária.

A verificar-se diferença entre o ponto nº. 6 - "Total (valor reconciliado)" e o ponto nº. 7 - "Saldo contabilístico" deverá a mesma ser justificada pormenorizadamente.

Este anexo poderá ser substituído por outro documento, nomeadamente por modelos informatizados, desde que forneçam o essencial da informação solicitada.

a) Devidamente certificado pela instituição de crédito

Preparado por	Data	Aprovado por	Data
Paula Madeira	09/03/2021	António Figueira	09/03/2021

MODELO 11 - Reconciliações bancárias

CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA

Período do relato: 01-01-2020 a 31-12-2020

RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS

Designação da entidade	Câmara Municipal de Mértola
------------------------	-----------------------------

Período de relato	dez/20
-------------------	--------

Banco: Santander Totta	Conta nº 001800031823309802044
Rec. Banc. referente a	31/12/2020

1. Saldo do extrato bancário a)	1 992 180,62 €
---------------------------------	----------------

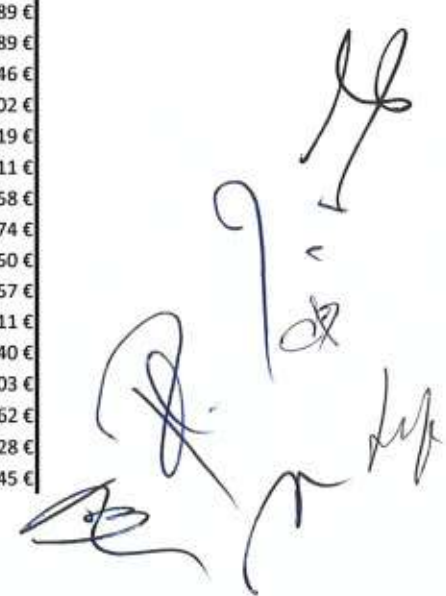
2. Cheques em trânsito				
Nº	Data	Descrição	Valor	
			Parcial	Total
		(Anexo 7 - Relação de cheques de 2018 e 2020)		
Total				772,34 €

3. Depósitos em trânsito				
Nº	Data	Descrição	Valor	
			Parcial	Total
Total				0,00 €

4. Outras operações a adicionar				
Nº	Data	Natureza da operação	Valor	
			Parcial	Total
	01/10/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)		19,36 €
	01/10/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)		4,45 €
	02/10/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)		3,89 €
	02/10/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)		0,90 €
	06/10/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)		3,47 €
	06/10/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)		0,80 €
	06/10/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)		1,84 €
	06/10/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)		0,42 €
	06/10/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)		2,27 €
	06/10/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)		0,52 €
	06/10/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)		1,59 €
	06/10/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)		0,36 €
	07/10/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)		3,22 €
	07/10/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)		0,74 €
	08/10/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)		8,97 €
	08/10/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)		2,06 €
	09/10/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)		9,98 €
	09/10/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)		2,29 €
	12/10/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)		9,77 €
	12/10/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)		2,25 €
	12/10/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)		3,72 €
	12/10/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)		0,86 €
	12/10/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)		3,26 €
	12/10/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)		0,75 €
	13/10/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)		7,47 €
	13/10/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)		1,72 €
	13/10/2020	Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)		115,50 €
	13/10/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)		26,57 €
	14/10/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)		7,20 €
	14/10/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)		1,66 €
	15/10/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)		4,33 €

A. f.

15/10/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)	1,00 €
16/10/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)	3,67 €
16/10/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)	0,84 €
19/10/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)	3,82 €
19/10/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)	0,88 €
19/10/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)	3,03 €
19/10/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)	0,70 €
19/10/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)	1,59 €
19/10/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)	0,37 €
20/10/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)	5,93 €
20/10/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)	1,36 €
21/10/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)	5,97 €
21/10/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)	1,37 €
22/10/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)	9,01 €
22/10/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)	2,07 €
23/10/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)	8,10 €
23/10/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)	1,86 €
26/10/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)	8,18 €
26/10/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)	1,88 €
26/10/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)	3,17 €
26/10/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)	0,73 €
26/10/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)	2,30 €
26/10/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)	0,53 €
27/10/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)	6,55 €
27/10/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)	1,51 €
28/10/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)	12,65 €
28/10/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)	2,91 €
29/10/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)	12,07 €
29/10/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)	2,77 €
30/10/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)	13,01 €
30/10/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº10, de 2/11)	2,99 €
02/11/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	18,11 €
02/11/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	4,16 €
02/11/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	3,47 €
02/11/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	0,80 €
02/11/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	0,70 €
02/11/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	0,16 €
03/11/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	2,45 €
03/11/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	0,56 €
04/11/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	4,46 €
04/11/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	1,02 €
05/11/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	5,77 €
05/11/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	1,33 €
06/11/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	8,33 €
06/11/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	1,92 €
09/11/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	5,63 €
09/11/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	1,29 €
09/11/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	3,89 €
09/11/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	0,89 €
09/11/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	4,46 €
09/11/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	1,02 €
10/11/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	9,19 €
10/11/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	2,11 €
11/11/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	7,58 €
11/11/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	1,74 €
11/11/2020	Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	115,50 €
11/11/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	26,57 €
12/11/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	6,11 €
12/11/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	1,40 €
13/11/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	7,03 €
13/11/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	1,62 €
16/11/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	6,28 €
16/11/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	1,45 €



M. I.

16/11/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	2,66 €
16/11/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	0,61 €
16/11/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	2,00 €
16/11/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	0,46 €
17/11/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	3,65 €
17/11/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	0,84 €
18/11/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	4,89 €
18/11/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	1,13 €
19/11/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	5,07 €
19/11/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	1,16 €
20/11/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	5,45 €
20/11/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	1,25 €
23/11/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	12,40 €
23/11/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	2,85 €
23/11/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	4,66 €
23/11/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	1,07 €
23/11/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	3,02 €
23/11/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	0,70 €
24/11/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	12,85 €
24/11/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	2,96 €
25/11/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	8,11 €
25/11/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	1,87 €
26/11/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	10,46 €
26/11/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	2,41 €
27/11/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	11,03 €
27/11/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	2,54 €
30/11/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	14,30 €
30/11/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	3,29 €
30/11/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	6,35 €
30/11/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	1,46 €
30/11/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	4,75 €
30/11/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº11, de 21/12)	1,09 €
02/12/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)	25,30 €
02/12/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)	5,82 €
02/12/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)	4,89 €
02/12/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)	1,13 €
03/12/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)	1,58 €
03/12/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)	0,36 €
04/12/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)	3,70 €
04/12/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)	0,85 €
07/12/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)	3,54 €
07/12/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)	0,82 €
07/12/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)	2,56 €
07/12/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)	0,59 €
07/12/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)	2,53 €
07/12/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)	0,58 €
09/12/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)	6,38 €
09/12/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)	1,47 €
09/12/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)	4,24 €
09/12/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)	0,97 €
10/12/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)	15,24 €
10/12/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)	3,50 €
10/12/2020	Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)	115,50 €
10/12/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)	26,57 €
14/12/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)	6,06 €
14/12/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)	1,39 €
14/12/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)	7,70 €
14/12/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)	1,77 €
14/12/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)	4,63 €
14/12/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)	1,07 €
14/12/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)	3,92 €
14/12/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)	0,90 €
15/12/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)	8,29 €

M.I.

15/12/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)		1,91 €	
16/12/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)		7,18 €	
16/12/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)		1,65 €	
17/12/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)		11,56 €	
17/12/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)		2,66 €	
18/12/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)		9,45 €	
18/12/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)		2,17 €	
21/12/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)		9,65 €	
21/12/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)		2,22 €	
21/12/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)		3,23 €	
21/12/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)		0,74 €	
21/12/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)		5,89 €	
21/12/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)		1,36 €	
22/12/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)		9,54 €	
22/12/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)		2,19 €	
23/12/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)		15,26 €	
23/12/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)		3,51 €	
28/12/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)		13,42 €	
28/12/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)		3,09 €	
28/12/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)		5,42 €	
28/12/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)		1,25 €	
28/12/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)		1,58 €	
28/12/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)		0,36 €	
28/12/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)		2,56 €	
28/12/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)		0,59 €	
28/12/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)		3,72 €	
28/12/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)		0,86 €	
29/12/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)		17,66 €	
29/12/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)		4,06 €	
30/12/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)		13,88 €	
30/12/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)		3,19 €	
31/12/2020	Custo Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)		11,41 €	
31/12/2020	IVA Pag Serv - 12043 (nº12, de 29/12)		2,63 €	
29/01/2018	Anulação de cheques		20,08 €	
Total			1 229,13 €	
5. Outras operações a subtrair				
Nº	Data	Natureza da operação	Valor	
			Parcial	Total
	31/12/2020	Cob Pag Serv (nº12, de 06/1)		870,94 €
Total			870,94 €	
6. Total (valor reconciliado) (6=1-2+3+4-5)			1 991 766,47 €	
7. Saldo contabilístico			1 991 766,47 €	

Este mapa destina-se a apresentar a listagem dos cheques em trânsito, bem como de outros movimentos justificativos das divergências eventualmente existentes entre os saldos bancários e os saldos contabilísticos, por instituição bancária. A verificar-se diferença entre o ponto nº. 6 - "Total (valor reconciliado)" e o ponto nº. 7 - "Saldo contabilístico" deverá a mesma ser justificada pormenorizadamente. Este anexo poderá ser substituído por outro documento, nomeadamente por modelos informatizados, desde que forneçam o essencial da informação solicitada. a) Devidamente certificado pela instituição de crédito

Preparado por	Data	Aprovado por	Data
Paula Madeira	09/03/2021	António Figueira	09/03/2021

CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLO

Posição da Reconciliação Bancária

Nº Pág. 1

Ano 2020

Instituição de Crédito : Caixa Geral de Depósitos, S.A. - Mértola
 IBAN da Conta :
 NIB da Conta : 003504590000043473006

Conta : 00000434730 - Geral

Data	Tipo	Documento	Número	Descrição	Movimentos		Situação	Número	Extrato	Data
					Débito	Crédito				
21/09/2020	TRANSFBN	CONSUL_01/0€ GR 41/247								
30/12/2020	CHEQUE	5818315435		CENTRO DE CONVÍVIO CULTURAL E RECREATIVO DE SANTANA CAME	22,41		Por Reconciliar		550,00	
31/12/2020	TRANSFBN	17		JAPBLUE ALGARVE, S.A.			Por Reconciliar		7 988,74	
31/12/2020	TRANSFBN	24		CIMBAL - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO BAIXO ALENTEJO			Por Reconciliar		1 005,07	
31/12/2020	TRANSFBN	27		CROMOTOTAL, LDA			Por Reconciliar		206,03	
31/12/2020	TRANSFBN	28		HORTA DAS LARANJEIRAS-SOCIEDADE AGRÍCOLA, S.A.			Por Reconciliar		45,80	
31/12/2020	TRANSFBN	30		RUBIS ENERGIA PORTUGAL, S.A.			Por Reconciliar		2 302,97	
31/12/2020	TRANSFBN	39		ASSOCIAÇÃO DE EMPRESÁRIOS DO VALE DO GUADIANA			Por Reconciliar		8 889,30	
31/12/2020	TRANSFBN	31		RICARDO ANDRÉ REIS SOARES			Por Reconciliar		180,00	
31/12/2020	TRANSFBN	32		AMDA-ASSOCIAÇÃO EM MÉRTOLO PARA DESENVOLVER E ANIMAR			Por Reconciliar		432,26	
31/12/2020	TRANSFBN	33		SANIAMBIENTE - SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE LIMPEZA, LDA			Por Reconciliar		2 478,03	
31/12/2020	TRANSFBN	35		ASSOCIAÇÃO TERRA SINTRÓPICA			Por Reconciliar		375,19	
31/12/2020	TRANSFBN	36		RODRIGO ARAÚJO, UNIPESSOAL LDA			Por Reconciliar		307,50	
31/12/2020	TRANSFBN	37		RODRIGO ARAÚJO, UNIPESSOAL LDA			Por Reconciliar		110,70	
31/12/2020	TRANSFBN	57		MARIA AMÉLIA FERNADES GUERREIRO DOS SANTOS			Por Reconciliar		23,17	
31/12/2020	TRANSFBN	56		MARIA DA SOLEDADE PALMA			Por Reconciliar		23,38	
31/12/2020	TRANSFBN	40		ARNALDO MATOS PEREIRA, LDA			Por Reconciliar		4 061,02	
31/12/2020	TRANSFBN	41		RJMV - PROJECTOS, PRODUTOS E COMÉRCIO, UNIPESSOAL, LDA			Por Reconciliar		485,85	
31/12/2020	TRANSFBN	42		ECOVIP-INFORMÁTICA E RECICLAGEM DE CONSUMÍVEIS, LDA			Por Reconciliar		504,30	
31/12/2020	TRANSFBN	43		CLUBE NAUTICO DE MÉRTOLO			Por Reconciliar		180,15	
31/12/2020	TRANSFBN	44		DOIS ESTROINAS UNIPESSOAL, LDª			Por Reconciliar		249,85	
31/12/2020	TRANSFBN	47		ALCAPOTE PUBLICIDADE & MARKETING, S.U. LDA			Por Reconciliar		1 629,50	
31/12/2020	TRANSFBN	48		ANTÓNIO FRANCISCO MATIAS			Por Reconciliar		25,84	
31/12/2020	TRANSFBN	49		ANTÓNIA PEREIRA DANIEL			Por Reconciliar		110,83	
31/12/2020	TRANSFBN	50		SUSANA ELISABETE DA SILVA PINTO			Por Reconciliar		6,25	
31/12/2020	TRANSFBN	51		SORAIA CRISTINA GARCIA GARCIAS			Por Reconciliar		6,98	
31/12/2020	TRANSFBN	52		OTÍLIA GUERREIRO SANTANA VALENTE ENCARNÇÃO			Por Reconciliar		66,50	
31/12/2020	TRANSFBN	53		MARIANA CONCEIÇÃO			Por Reconciliar		58,77	
31/12/2020	TRANSFBN	54		MARIA ODETE DOS SANTOS			Por Reconciliar		24,42	
31/12/2020	TRANSFBN	55		MARIA MANUELA ALEXANDRE MARTINS			Por Reconciliar		27,89	
31/12/2020	TRANSFBN	38		COOPERATIVA AGRÍCOLA DO GUADIANA, C.R.L.			Por Reconciliar		54,97	
Sub-Totais					22,41				32 411,26	

Sistema de Gestão de Tesouraria © AIRC

CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLO

Posição da Reconciliação Bancária

Nº Pág.
2

Ano
2020

Instituição de Crédito : Caixa Geral de Depósitos, S. A. - Mértola

IBAN da Conta :

NIB da Conta : 003504590000043473006

Conta : 00000434730 - Geral

Data	Documento		Descrição	Movimentos		Situação	Extrato	
	Tipo	Número		Débito	Crédito			
31/12/2020	TRANSFBAN	29	ANTÓNIO SANTOS FRANCO - TACOGRAFOS UNIPessoal, LDA			189,46 Por Reconciliar		
31/12/2020	TRANSFBAN	58	LUÍSA JOAQUINA RAPOSO DE JESUS			5,51 Por Reconciliar		
31/12/2020	TRANSFBAN	59	LUIS VASCO DOS SANTOS			31,81 Por Reconciliar		
31/12/2020	TRANSFBAN	60	JORGE MIGUEL DA SILVA MONTEIRO			30,84 Por Reconciliar		
31/12/2020	TRANSFBAN	61	CLARISSE PEREIRA DIAS			49,60 Por Reconciliar		
31/12/2020	TRANSFBAN	19	TRUST IN NEWS, UNIPessoal LDA			1 845,00 Por Reconciliar		
31/12/2020	TRANSFBAN	64	ALCAPOTE PUBLICIDADE & MARKETING, S.U. LDA			1 125,45 Por Reconciliar		
31/12/2020	TRANSFBAN	65	ALCAPOTE PUBLICIDADE & MARKETING, S.U. LDA			375,15 Por Reconciliar		
31/12/2020	TRANSFBAN	67	PAULA ALEXANDRA PACHECO DE ALMEIDA COSTA			2 625,00 Por Reconciliar		
31/12/2020	TRANSFBAN	69	AUTO IDEAL DE MÉRTOLO, LDA			1 089,10 Por Reconciliar		
31/12/2020	TRANSFBAN	70	ASSOCIAÇÃO MONTÍCOLA			1 437,50 Por Reconciliar		
31/12/2020	TRANSFBAN	71	SOLEDO BRANCO-TRANSFORMAÇÃO ARTESANAL DO PORCO PRETO			1 537,50 Por Reconciliar		
31/12/2020	TRANSFBAN	72	PADARIA FLOR DO GUADIANA, LDA			606,00 Por Reconciliar		
31/12/2020	TRANSFBAN	73	SAFE AID - SOLUÇÕES GLOBAIS DE EMERGÊNCIAS, LDA			135,30 Por Reconciliar		
31/12/2020	TRANSFBAN	74	ALCAPOTE PUBLICIDADE & MARKETING, S.U. LDA			305,53 Por Reconciliar		
31/12/2020	TRANSFBAN	75	DEKRA INSPEÇÕES DE PORTUGAL, S.A.			329,91 Por Reconciliar		
31/12/2020	CHEQUE	0418315441	PINLING YU			152,70 Por Reconciliar		
31/12/2020	CHEQUE	4018315437	GRUPO DE RISCO - ASSOCIAÇÃO			4 200,00 Por Reconciliar		
31/12/2020	CHEQUE	1318315440	CONSTRUÇÕES J.J.R. & FILHOS, S.A.			42 934,35 Por Reconciliar		
31/12/2020	CHEQUE	8318315443	CONSDEP ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.			4 615,96 Por Reconciliar		
31/12/2020	CHEQUE	318315443	CONSDEP ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.			1 350,13 Por Reconciliar		
31/12/2020	CHEQUE	6518315445	R.D.F.CONSTRUÇÕES- SOC.IMOBILIÁRIA, LDA			14 112,16 Por Reconciliar		
31/12/2020	CHEQUE	5618315446	R.D.F.CONSTRUÇÕES- SOC.IMOBILIÁRIA, LDA			16 445,46 Por Reconciliar		
31/12/2020	CHEQUE	7418315444	R.D.F.CONSTRUÇÕES- SOC.IMOBILIÁRIA, LDA			3 735,20 Por Reconciliar		
31/12/2020	CHEQUE	4718315447	CONSDEP ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.			42 229,37 Por Reconciliar		
31/12/2020	CHEQUE	718315447	CONSDEP ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.			644,73 Por Reconciliar		
Totais							174 639,27	

22,41

174 639,27

CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOA

Posição da Reconciliação Bancária

Nº Pág.

1

Instituição de Crédito : Caixa Geral de Depósitos, S.A. - Mértola

IBAN da Conta :

NIB da Conta : 003504590000774173036

Conta : 00007741730 - Fundo de Coesão

Ano
2020

Data	Documento		Descrição	Movimentos		Situação	Extrato	
	Tipo	Número		Débito	Crédito		Número	Data
31/12/2020	CHEQUE	6222481500	CONSDEP ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.		6 188,95	Por Reconciliar		
31/12/2020	CHEQUE	7122481499	CONSDEP ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.		12 330,55	Por Reconciliar		
Totais				0,00	18 519,50			



M.L.

CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA

Posição da Reconciliação Bancária

Nº Pág.
1

Ano
2020

Instituição de Crédito : Caixa Geral de Depósitos, S.A. - Mértola
IBAN da Conta :

NIB da Conta : 003504590001081423058

Conta : 00010814230 - Projectos FEDER 2007-2013

Data	Documento		Descrição	Movimentos		Situação	Extrato	
	Tipo	Número		Débito	Crédito		Número	Data
31/12/2020	TRANSFBAN 21		VEIGA LOPES, SA		4 216,40	Por Reconciliar		
31/12/2020	TRANSFBAN 18		VEIGA LOPES, SA		4 635,90	Por Reconciliar		
Totais			0,00	8 852,30			

CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA

Posição da Reconciliação Bancária

Nº Pág. 1

1

Instituição de Crédito : Banco Comercial Português, S.A. - Mértola

IBAN da Conta :

NIB da Conta : 003300000988009789121

Conta : 09880097891 - Geral

Ano
2020

Data	Documento		Descrição	Movimentos		Situação	Extrato Número	Data
	Tipo	Número		Débito	Crédito			
02/12/2020	TRANSFBAN	CART2100/32	GALPGEST, LDA			61,02 Por Reconciliar		
23/12/2020	TRANSFBAN	501649FF20	PEDRO SIMÕES SOCIEDADE UNIPESSOAL LDA			42,00 Por Reconciliar		
30/12/2020	TRANSFBAN	501649FF20	PULO DO LOBO-RESTAURAÇÃO, LDA			42,50 Por Reconciliar		
Totais				0,00		145,52		

CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA

Instituição de Crédito : Caixa Geral de Depósitos, S.A. - Mértola
IBAN da Conta :

NIB da Conta : 003504590000043473006

Conta : 00000434730 - Geral

Posição da Reconciliação Bancária

Nº Pág.
1

Ano
2018

Data	Documento		Descrição	Movimentos		Situação	Extrato	
	Tipo	Número		Débito	Crédito		Número	Data
12/11/2018	CHEQUE	1811990576	ANA MARIA DOS SANTOS RAMOS		16,00	Por Reconciliar		
12/11/2018	CHEQUE	3611990574	PATRICIA ISABEL PALMA ROSA		8,00	Por Reconciliar		
Totais				0,00	24,00			



M. J.

CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA

Posição da Reconciliação Bancária

Nº Pág.
1

Ano
2019

Instituição de Crédito : CCAM - Mértola

IBAN da Conta :

NIB da Conta : 004561034003851803027

Conta : 40038518030 - Geral

Data	Documento		Descrição	Movimentos		Situação	Extrato	
	Tipo	Número		Débito	Crédito		Número	Data
08/07/2019	CHEQUE	6373246444	JOSÉ EDUARDO JUSTINO		6,12	Por Reconciliar		
10/09/2019	CHEQUE	1078129570	CLÁUDIA REGINA MARQUES DE ALMEIDA		51,77	Por Reconciliar		
25/10/2019	CHEQUE	6778129596	SANDRA SOFIA VALENTE PALMA COLAÇO		8,00	Por Reconciliar		
25/10/2019	CHEQUE	04978129598	LINDA DALET LORADOR		16,00	Por Reconciliar		
25/10/2019	CHEQUE	4978129598	LINDA DALET LORADOR		16,00	Por Reconciliar		
25/10/2019	CHEQUE	5678129608	ANA RITA DA ENCARNAÇÃO AFONSO		8,00	Por Reconciliar		
25/10/2019	CHEQUE	7678129595	JOANA ISABEL BRÁS BALTAZAR		8,00	Por Reconciliar		
29/10/2019	CHEQUE	4778129609	SÓNIA CRISTINA GOMES PEREIRA		65,13	Por Reconciliar		
Totais				0,00	179,02			

CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA

Posição da Reconciliação Bancária

Nº Pág.

1

Instituição de Crédito : CCAM - Mértola

IBAN da Conta :

NIB da Conta : 004561034003851803027

Conta : 40038518030 - Geral

Ano
2020

Data	Documento		Descrição	Movimentos		Situação	Número	Extrato
	Tipo	Número		Débito	Crédito			
17/02/2020	CHEQUE	1078129667	HELENA CRISTINA DE SOUSA PALMA			2,97 Por Reconciliar		
17/02/2020	CHEQUE	2878129665	ASCENÇÃO MARIA MARQUES			4,67 Por Reconciliar		
17/02/2020	CHEQUE	9878129668	MARIA CUSTÓDIA DA PALMA			1,01 Por Reconciliar		
17/02/2020	CHEQUE	3778129664	ANTÓNIO SILVESTRE DE SOUSA			1,47 Por Reconciliar		
17/02/2020	CHEQUE	8078129670	PEDRO MIGUEL RUAS MARQUES			1,02 Por Reconciliar		
17/02/2020	CHEQUE	1978129666	CAROLINA ANJOS BRÁS CARRASCO			0,76 Por Reconciliar		
12/03/2020	CHEQUE	1778129677	RYTA ISABEL V. RODRIGUES			8,00 Por Reconciliar		
14/04/2020	CHEQUE	3378129686	EMÍDIO JOÃO PEREIRA GARCIAS			1,48 Por Reconciliar		
09/07/2020	CHEQUE	3881610261	ISABEL MARIA DA CONCEIÇÃO TOMÁS			15,61 Por Reconciliar		
07/09/2020	CHEQUE	9781610276	MARIA DOS ANJOS			90,47 Por Reconciliar		
08/09/2020	CHEQUE	0781610286	FRANCELINA MARIA PALMA			3,79 Por Reconciliar		
08/09/2020	CHEQUE	2581610284	DOLORES GOMES DOMINGOS			4,13 Por Reconciliar		
08/09/2020	CHEQUE	3481610283	CLARISSE DOLORES VARGAS			3,30 Por Reconciliar		
08/09/2020	CHEQUE	9581610287	FRANCISCO RAPOSO CONDUTO			1,31 Por Reconciliar		
08/09/2020	CHEQUE	5281610281	ADELINA ROMEIRO BRANCO			4,61 Por Reconciliar		
08/09/2020	CHEQUE	5081610292	MARIA LURDES GONÇALVES			3,48 Por Reconciliar		
08/09/2020	CHEQUE	3281610294	VICTÓRIA MARIA CUSTÓDIA			3,46 Por Reconciliar		
08/09/2020	CHEQUE	4181610293	MARIANA JOAQUINA TEIXEIRA			2,84 Por Reconciliar		
08/09/2020	CHEQUE	5981610291	MARIA JOSÉ ROSA			0,72 Por Reconciliar		
08/09/2020	CHEQUE	7781610289	LUIÍS AUGUSTO			3,73 Por Reconciliar		
08/09/2020	CHEQUE	8681610288	IDÁLIA MARIA LOPES GOMES GONÇALVES			0,61 Por Reconciliar		
13/10/2020	CHEQUE	9381610298	SORAIA CRISTINA GARCIA GARCIAS			3 275,00 Por Reconciliar		
20/10/2020	CHEQUE	8081610321	SANDRA SOFIA VALENTE DA PALMA COLAÇO			8,00 Por Reconciliar		
20/10/2020	CHEQUE	7381610311	ANDREIA ISABEL RAPOSO MOREIRA			8,00 Por Reconciliar		
20/10/2020	CHEQUE	8281610310	ANA RITA DA ENCARNAÇÃO AFONSO			8,00 Por Reconciliar		
20/10/2020	CHEQUE	7181610322	SÓNIA ISABEL SEQUEIRA PERES			8,00 Por Reconciliar		
20/10/2020	CHEQUE	9181610309	ANA ISABEL PARREIRA RODRIGUES LOPES			16,00 Por Reconciliar		
10/11/2020	CHEQUE	2681610327	MARIANA ANTÓNIA PARDAL			797,50 Por Reconciliar		
25/11/2020	CHEQUE	1781610328	JOSÉ MANUEL COSTA PIRES			1 250,00 Por Reconciliar		
21/12/2020	CHEQUE	6981610333	JOÃO CARLOS BRANCO ALEIXO			2 070,00 Por Reconciliar		
23/12/2020	CHEQUE	5181610335	MARIA-FERNANDA SANTOS FERNANDES			330,00 Por Reconciliar		
Sub-Totais							0,00	7 929,94

Sub-Totais

Sistema de Gestão de Tesouraria © AIRC

M.12

Nº Pág.
2

Ano
2020

Posição da Reconciliação Bancária

CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA

Instituição de Crédito : CCAM - Mértola

IBAN da Conta :

NIB da Conta : 004561034003851803027

Conta : 40038518030 - Geral

Data	Documento		Descrição	Movimentos		Situação	Extrato	
	Tipo	Número		Débito	Crédito		Número	Data
23/12/2020	CHEQUE	4281610336	FERNANDO MANUEL SOARES MARTINS		330,00	Por Reconciliar		
23/12/2020	CHEQUE	6081610334	MARIA DE LURDES DEODATO		330,00	Por Reconciliar		
28/12/2020	CHEQUE	2873100797	INSTITUTO DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES. I.P.		120,00	Por Reconciliar		
31/12/2020	CHEQUE	3381610337	NELSON MANUEL COSTA DOS SANTOS		8,00	Por Reconciliar		
31/12/2020	CHEQUE	2481610338	EMÍLIA VARGAS		23,38	Por Reconciliar		
31/12/2020	CHEQUE	1581610339	MARIA BERNARDETE LOPES GREGÓRIO MARQUES		30,53	Por Reconciliar		
Totais				0,00	8 771,85			

CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA

Instituição de Crédito : BANCO SANTANDER TOTTA, SA
 IBAN da Conta :

NIB da Conta : 001800031823309802044

Conta : 18233098020 - Geral

Posição da Reconciliação Bancária

Nº Pág.
1

Ano
2018

Data	Documento		Descrição	Movimentos		Situação	Extrato	
	Tipo	Número		Débito	Crédito		Número	Data
29/01/2018	TRANSFBAN	EMAIL28/11B	GRNAP21/30 ANUL.CH.19711/ST ANTÓNIO JOSÉ DIONISIO	11,24		Por Reconciliar		
29/01/2018	TRANSFBAN	EMAIL28/11A	GRNAP21/29 ANUL.CH.19311/ST ANTÓNIO JOSÉ DIONISIO	8,84		Por Reconciliar		
Totais				20,08				0,00

M.J.

CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA

Posição da Reconciliação Bancária

Nº Pág.

1

Ano

2020

Instituição de Crédito : BANCO SANTANDER TOTTA, SA

IBAN da Conta :

NIB da Conta : 001800031823309802044

Conta : 18233098020 - Geral

Data	Documento		Descrição	Movimentos		Situação	Número	Extrato
	Tipo	Número		Débito	Crédito			
23/12/2020	TRANSFIBAN	ENCARG. D.D	BANCO SANTANDER TOTTA, SA			772,34	Por Reconciliar	
Totais				0,00		772,34		

[Handwritten signatures and initials]

CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA

Período de relato: 01-01-2020 a 31-12-2020

Depósito	Banco	Número da conta	Saldo certificado pela instituição	Operações em trânsito		Saldo contabilístico
				A adicionar	A subtrair	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) =(4) + (5) - (6)
Equivalentes de caixa						
À ORDEM	CGD	00350459000043473006	4 639 052,65 €	81,24 €	175 935,12 €	4 463 198,77
À ORDEM	CGD	003504590000881843036	7 604,55 €	64,05 €	138,66 €	7 529,94
À ORDEM	CGD	003504590001017923075	310 644,41 €	0,00 €	0,00 €	310 644,41
À ORDEM	CGD	003504590001184583043	140,26 €	0,00 €	0,00 €	140,26
À ORDEM	BCP	003300000988009789121	378 489,83 €	1 372,58 €	58 414,40 €	321 448,01
À ORDEM	CCAM	004561034003851803027	895 227,55 €	200,00 €	9 025,45 €	886 402,10
À ORDEM	CCAM	004561034020606526115	22 148,20 €	0,00 €	0,00 €	22 148,20
À ORDEM	BST	001800031823309802044	1 992 180,62 €	1 229,13 €	1 643,28 €	1 991 766,47
À ORDEM	NB	000702410022726000796	82,01 €	0,00 €	0,00 €	82,01
Total de equivalentes de caixa			8 245 570,08 €	2 947,00 €	245 156,91 €	8 003 360,17 €
Caixa						4 566,88
Total de Caixa e equivalentes de caixa						8 007 927,05
Outros depósitos						
CONSIGNADOS	CGD	003504590001081423058	826 272,75 €	- €	12 074,09 €	814 198,66 €
CONSIGNADOS	CGD	003504590000774173036	31 141,93 €	- €	18 519,50 €	12 622,43 €
Total de outros depósitos			857 414,68 €	- €	30 593,59 €	826 821,09 €

M. J.



Introdução

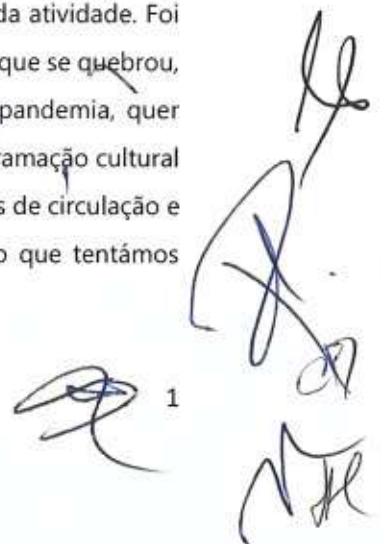
Ao longo dos próximos capítulos pretendemos apresentar alguns indicadores de gestão orçamental e financeira, demonstrando e avaliando a execução do ano, nalguns casos apresentando a sua evolução ao longo dos últimos anos e estabelecendo comparabilidade com a informação disponibilizada no anuário financeiro de 2019, de forma a avaliar a realidade financeira do município não apenas de forma isolada mas também em termos comparativos com a realidades dos restantes municípios classificados como municípios de pequena dimensão.

O ano 2020 fica naturalmente marcado de forma significativa pelos impactos provocados pela Pandemia do Covid-19, que condicionou toda a atividade municipal e obrigou a um esforço adicional de todos os setores de atividade de forma a se adaptar aos constrangimentos e aos desafios a que fomos submetidos ao longo de praticamente todo o ano 2020. Para além dos efeitos indiretos quer na nossa atividade de administração direta quer nas ações relacionadas com a execução das empreitadas em curso ou a iniciar, houve necessidade de cancelar na sua totalidade toda a programação referente às atividades culturais, desportivas e outras. Foram meses muito difíceis em que cada unidade orgânica se tentou adaptar de forma a prestar os serviços mínimos essenciais, pois o mais importante era salvar vidas e impedir a propagação do vírus, o que conseqüentemente provocou uma diminuição da atividade municipal, com reflexos diretos e indiretos na execução das ações previstas para o ano.

Resumo da Atividade Desenvolvida

As grandes opções do plano para 2020, apreciadas em reunião de câmara do dia 18 de dezembro de 2019 e aprovadas em reunião da assembleia municipal de 19 de dezembro, apresentavam um conjunto inovador de projetos e ações, e continham uma enorme expectativa que 2020 seria um ano de elevada execução financeira, e de concretização de ações e projetos que iriam catapultar o concelho para um novo patamar de desenvolvimento.

Desde cedo se percebeu que muita da expectativa criada, e apesar de todo o esforço no sentido de manter a programação e o investimento programado, as circunstâncias provocadas pela pandemia da Covid-19, iriam obviamente criar obstáculos e condicionar muita da atividade. Foi necessário, por um lado, fruto das imposições legais, e fruto da própria dinâmica que se quebrou, alterar a programação e direcionar todos os esforços quer na contenção da pandemia, quer posteriormente na recuperação possível da economia. Praticamente toda a programação cultural foi cancelada, muita da atividade operacional ficou amputada dadas as limitações de circulação e de distanciamento o que obrigou a reduzir as equipas, e todo o investimento que tentámos



1

direcionar para a concretização das empreitadas em curso, foi também ele próprio afetado obviamente pelos condicionamentos legais a que ficámos obrigados.

Os documentos previsionais que apresentavam uma previsão de despesa na ordem dos vinte e sete milhões de euros entre financiamento definido e financiamento não definido, foi ao longo do ano sofrendo os ajustamentos, chegando ao final do ano com uma dotação de cerca de catorze milhões de euros.

A maioria das grandes obras foram reprogramadas e as ações regulares, foram na sua esmagadora maioria, canceladas.

Analisando separadamente as atividades mais relevantes, que inicialmente se apresentavam com uma previsão de despesa de oito milhões de euros, foram sucessivamente ajustadas em aproximadamente 25%, tendo no final uma dotação na ordem dos dois milhões e quinhentos mil euros. Áreas com a Cultura ou o Turismo cuja expectativa de execução ascendia ao milhão e meio de euros viram a sua dotação corrigida tendo no final uma dotação de cerca de um milhão de euros. Outras áreas como o desenvolvimento económico, cuja previsão inicial era de cerca de duzentos mil euros, foi reforçada para fazer face aos programas municipais de apoio à retoma da economia, em cerca de cento e cinquenta mil euros.

Por sua vez no que respeita ao plano de investimentos, cuja previsão inicial ascendia aos dezoito milhões sofreu uma redução de 55%, tendo no final do ano se situado nos, pouco mais, de sete milhões de euros.

Fica de certa forma demonstrado com estes dados, que toda a atividade municipal ficou seriamente comprometida e que as taxas de execução física e financeira globais, serão obviamente o espelho de todo um ano atípico onde a prioridade foi salvar vidas humanas numa primeira instancia, e posteriormente salvar a economia.

Análise da Execução Orçamental

Neste capítulo pretende-se analisar a execução orçamental do município. São avaliadas as componentes orçamentais da receita e da despesa, com relevância para as de maior peso na respetiva estrutura, apresentado nalguns casos a sua evolução ao longo dos últimos anos e comparando simultaneamente com os indicadores disponíveis no anuário financeiro de 2019 relativamente aos municípios de pequena dimensão, onde nos incluímos.

Receitas Municipais

De acordo com a legislação em vigor, a inscrição orçamental e registo contabilístico da receita municipal obedece, na sua generalidade ao disposto no classificador económico apresentado pelo Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de fevereiro, tendo sido agregada de acordo com a sua natureza em **receitas correntes, receitas de capital e outras receitas.**

Execução Global do Orçamento da Receita

Designação	2020
Receitas previstas iniciais	19 030 540,00 €
Receitas previstas corrigidas	23 350 741,27 €
Receitas liquidadas	23 794 770,83 €
Receitas por cobrar no início do ano	156 785,88 €
Receitas cobradas líquidas	23 649 838,32 €
Diferença entre receita prevista e receita cobrada	-299 097,05 €
Diferença entre receita prevista e receita liquidada	-444 029,56 €
Receita por cobrar no final do ano	236 745,66 €
Receitas liquidadas / Receitas previstas	102%
Grau de execução da receita cobrada	101%

Em 2020 o município liquidou e cobrou receita acima dos valores previstos, conforme se pode constatar na tabela em cima. Trata-se de uma situação pouco comum, e que resultou de uma ocorrência que ainda hoje continua por explicar, fruto de uma transferência da AT referente a IMT, na ordem dos 700.000,00€, quando a nossa previsão anual para essa rubrica era de apenas 170.000,00€, respeitando a média dos últimos 24 meses.

Solicitámos à Autoridade Tributária os esclarecimentos necessários de forma a se perceber se era efetivamente receita do município ou se porventura se poderia tratar de lapso, mas até ao momento ainda não recebemos qualquer explicação, e em função disso não procedemos à correção da estimativa orçamental.

Independentemente desta situação, de realçar que o município apresenta por norma elevadas taxas de execução da sua receita, o que demonstra a forma rigorosa como é construído o orçamento municipal, e que 2020 apesar de todas as limitações e condicionantes que afetaram a atividade municipal, o que é visível sobretudo do lado da despesa, pois ao nível da receita foi possível manter quer em termos absolutos quer em termos relativos os valores de anos anteriores, o que é um indicador de estabilidade e que nos permite encarar os próximos ciclos com alguma expectativa.

Estrutura da Receita Municipal por capítulos económicos

Neste ponto pretende-se avaliar a estrutura da receita municipal e o respetivo peso na receita total. Seguindo a nomenclatura do classificador, continuamos a analisar as duas componentes separadamente, apesar de cada vez mais o conceito de receita corrente e receita de capital estar a perder utilidade. Não havendo nenhuma limitação a esse nível na construção do orçamento e sendo possível afetar até 90% da receita proveniente do orçamento do estado, que é a receita de maior volume, à componente corrente, os municípios ficam com uma margem enorme para fazer uma gestão do seu orçamento e desse modo as preocupações com o princípio do equilíbrio financeiro passa a ser muito mais fácil de gerir.

Designação	Valor cobrado 2020	%
Receitas Correntes	14 105 386,67 €	81%
Cap. 01 - Impostos diretos	1 512 597,91 €	
Cap. 04 - Taxas	53 376,15 €	
Cap. 05 - Rendimentos de propriedade	536 626,29 €	
Cap. 06 - Transferências correntes	10 998 600,31 €	
Cap. 07 - Venda de bens e serviços	978 472,85 €	
Cap. 08 - Outras receitas correntes	25 713,16 €	
Receitas de Capital	3 345 857,54 €	19%
Cap. 09 - Venda de bens de investimento	36 402,96 €	
Cap. 10 - Transferências de capital	3 289 691,21 €	
Cap. 11 - Ativos financeiros	2 487,54 €	
Cap. 13 - Outras receitas de capital	17 275,83 €	
Total Receita	17 451 244,21 €	

A receita corrente que é composta maioritariamente pelas transferências correntes resultantes do OE e dos Financiamentos comunitários e que representam cerca de 80% da receita corrente do município, tem um peso na receita total municipal de 81%. De acordo com os dados do anuário financeiro de 2019, esta componente da receita tem vindo ao longo dos últimos anos a ganhar peso no total das receitas municipais, e representava em 2019, cerca de 84% das receitas totais. As restantes receitas como os rendimentos de propriedade, as vendas de bens e serviços, e os

M.L.

impostos diretos, não tendo um peso determinante, tem ao longo dos anos conseguido ganhar peso na componente da receita corrente, contribuindo também dessa forma para recuperar alguma da independência financeira.

Estrutura e evolução das transferências recebidas

A rúbrica "transferências recebidas", correntes e capital, são como se sabe, as que maior peso tem na estrutura da receita municipal. Desta forma analisaremos neste capítulo quer a sua composição quer a sua evolução ao longo dos últimos 4 anos. As transferências são essencialmente compostas pelas transferências do Orçamento de Estado (OE), pelas transferências de Fundos Comunitários (FC) e pelas transferências de Serviços e fundos autónomos (IEFP, IGF, DGAL, etc.), entende-se por isso pertinente apresentar o desdobramento destas três componentes, analisando também a sua evolução.

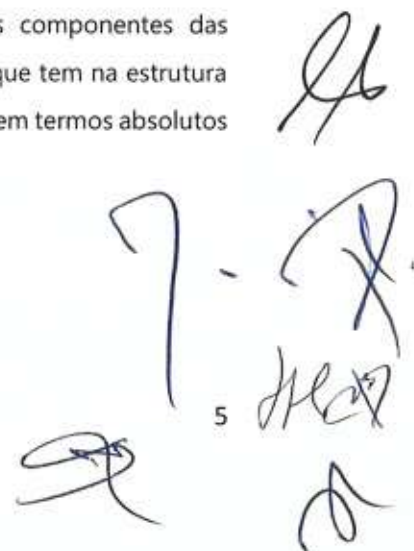
Designação	2020	Peso (%)	2019	Peso (%)	2018	Peso (%)	2017	Peso (%)
Transferências do OE	12 468 515,53 €	87%	11 397 995,00 €	89%	10 858 996,00 €	92%	10 711 064,00 €	88%
Fundos Comunitários	1 360 763,22 €	10%	1 078 265,36 €	8%	796 390,95 €	7%	1 272 148,08 €	10%
Outras transferências	459 012,77 €	3%	341 229,58 €	3%	185 621,30 €	2%	211 880,88 €	2%
Total Transferências	14 288 291,52 €		12 817 489,94 €		11 851 008,25 €		12 195 092,96 €	

Podemos desde logo observar o peso que as transferências do OE representam no total das transferências recebidas, que se aproxima sempre, nos quatro anos em análise, dos 90%, sendo que as transferências dos fundos comunitários se situam anualmente nos entre os 7% e os 10% e as restantes transferências entre os 2% e os 3%.

Apresentamos de seguida, a evolução desta componente da receita nos últimos quatro anos.

Designação	2020	2017	Evolução 2017 /2020
Transferências do OE	12 468 515,53 €	10 711 064,00 €	16%
Fundos Comunitários	1 360 763,22 €	1 272 148,08 €	7%
Outras transferências	459 012,77 €	211 880,88 €	117%
Total Transferências	14 288 291,52 €	12 195 092,96 €	17%

De registar a evolução extremamente favorável verificada em todas as componentes das transferências, com especial relevo para as transferências do OE pelo peso que tem na estrutura da receita e pelo incremento que registam de 2017 para 2020, de 17%, o que em termos absolutos ascende ao milhão e meio de euros.



Handwritten signatures and initials, including a large signature at the top right and several smaller ones below, some with a circled '5'.

Despesas Municipais

Neste ponto pretende-se analisar a informação sobre a execução orçamental da despesa, avaliando e comparando despesa prevista com despesa comprometida e despesa paga.

Execução Global do Orçamento da Despesa

Designação	2020
Despesas previstas iniciais	19 030 540,00 €
Despesas previstas corrigidas	23 350 741,27 €
Compromissos do exercício	18 424 067,68 €
Despesas pagas no exercício	14 827 095,70 €
Compromissos por pagar no exercício	3 188 669,37 €
Grau de execução da despesa comprometida em relação à despesa corrigida	79%
Grau de execução da despesa paga em relação aos compromissos assumidos	80%
Grau de execução da despesa paga em relação à despesa prevista	63%

Quer o indicador da despesa comprometida (79%) quer o da despesa paga em relação à despesa formalmente contratualizada (80%) são indicadores que se aproximam da média nacional, segundo dados do anuário de 2019, apesar de 2020 ter sido um ano completamente atípico e que afetou obviamente toda a execução da despesa, nomeadamente a relacionada com as ações mais imateriais.

O indicador da despesa efetivamente paga em relação à despesa prevista (63%), é, mesmo assim, em função do ano um indicador aceitável, dentro dos valores que o município costuma executar em anos sem as contingências do ano 2020.

Estrutura da despesa por capítulos económicos

Designação	Valor cobrado 2020	%
Despesas Correntes	10 249 839,21 €	69%
Cap. 01 - Despesas com pessoal	5 123 062,74 €	
Cap. 02 - Aquisição de bens e serviços	3 578 814,24 €	
Cap. 03 - Juros e outros encargos	63 114,77 €	
Cap. 04 - Transferências correntes	1 339 816,02 €	
Cap. 05 - Subsídios	72 726,29 €	
Cap. 06 - Outras despesas correntes	72 305,15 €	
Despesas de Capital	4 577 256,49 €	31%
Cap. 07 - Aquisição de bens de capital	2 831 177,41 €	
Cap. 08 - Transferências de capital	435 904,47 €	
Cap. 09 - Ativos financeiros	0,00 €	
Cap. 10 - Passivos financeiros	1 310 174,61 €	
Cap. 11 - Outras despesas de capital	0,00 €	
Total Despesa	14 827 095,70 €	

Na tabela anterior é possível analisar o peso que a despesa corrente (69%) tem, no total da despesa paga e observar também o contributo das despesas com pessoal e aquisição de serviços no total do orçamento, que representam cerca de 58%. As despesas com pessoal representam individualmente 35%, e as despesas de investimento 20%.

Estrutura e evolução das despesas correntes

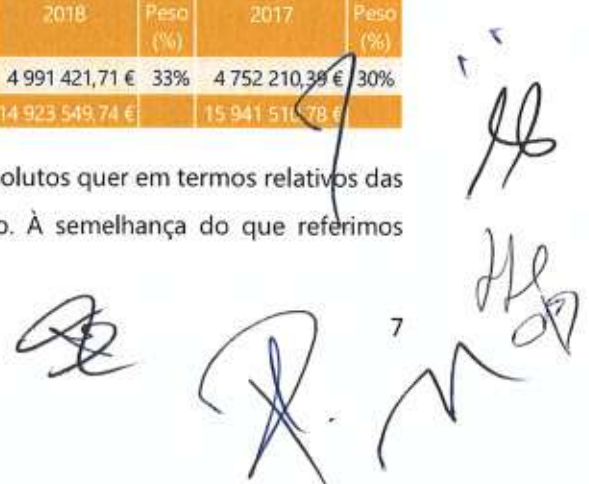
Designação	2020	Peso (%)	2019	Peso (%)	2018	Peso (%)	2017	Peso (%)
Despesas correntes	10 249 839,21 €	69%	10 484 290,12 €	69%	9 831 336,75 €	66%	9 515 027,23 €	60%
Despesas capital	4 577 256,49 €	31%	4 685 668,73 €	31%	5 092 212,99 €	34%	6 426 483,55 €	40%
Total Despesas	14 827 095,70 €		15 169 958,85 €		14 923 549,74 €		15 941 510,78 €	

Da análise à tabela é possível perceber como têm evoluído as despesas correntes ao longo dos últimos quatro anos e o seu peso relativo no total da despesa do município. Não havendo nenhum indicador que determine qual deve ser obrigatoriamente o peso de cada uma das componentes, cada município faz a afetação dos seus recursos e acordo com as suas linhas estratégicas. A este nível dizer que o MM com estes indicadores está bem dentro da média nacional, que em 2019 de acordo com a informação que consta no anuário financeiro o peso das despesas correntes era de 70,1%.

Dado o peso que as despesas com pessoal têm na estrutura da despesa, apresentamos de seguida a evolução desta componente da despesa ao longo nos últimos quatro anos.

Designação	2020	Peso (%)	2019	Peso (%)	2018	Peso (%)	2017	Peso (%)
Despesas com pessoal	5 123 062,74 €	35%	5 231 944,41 €	34%	4 991 421,71 €	33%	4 752 210,38 €	30%
Total despesa	14 827 095,70 €		15 169 958,85 €		14 923 549,74 €		15 941 510,78 €	

É possível perceber uma ligeira evolução quer em termos absolutos quer em termos relativos das despesas com pessoal no total das despesas do município. À semelhança do que referimos



anteriormente, não havendo nenhum limite às despesas com pessoal, cada município pode livremente fazer a afetação a esta componente da despesa da forma que considerar que melhor se adequa à sua estratégia. De acordo com a informação constante do anuário financeiro, dados de 2019, a média nacional dos 308 municípios é de 30,3%, pelo que se pode concluir que o indicador apresentado pelo MM está dentro dos valores médios.

Despesas pagas com investimentos

Designação	2020	Peso (%)	2019	Peso (%)	2018	Peso (%)	2017	Peso (%)
Investimento	2 831 177,41 €	19%	4 039 709,46 €	27%	4 260 059,61 €	29%	5 699 806,79 €	36%
Total despesa	14 827 095,70 €		15 169 958,85 €		14 923 549,74 €		15 941 510,78 €	

Nesta componente da despesa, os dados dos últimos anos revelam alguma desaceleração quer em termos absolutos quer em termos relativos. Esta componente da despesa que em 2017 representavam 36% do total da despesa paga, com valores acima dos cinco milhões e meios de euros, tem vindo a perder dimensão, sendo que em 2020, representam apenas 19% da despesa total do município.

Apesar dos dados dos últimos anos não serem muito favoráveis, em termos comparativos, e tendo por base os dados do anuário financeiro de 2019, esta componente da despesa tem um peso de 18,8% num total dos municípios portugueses o que demonstra de certa forma que a os dados de 2019 do MM não são assim tão baixos.

Comparação da Receita Cobrada com a Despesa Realizada e Paga

Esta secção é dedicada à comparação entre o volume da despesa e o volume da receita, uma vez que a sustentabilidade das finanças autárquicas assenta no equilíbrio destas duas componentes orçamentais.

	Designação	2020
Receitas	Receitas previstas corrigidas	23 350 741,27 €
	Receitas liquidadas	17 597 304,75 €
	Receitas cobradas	17 452 372,24 €
	Receitas liq. p/ cobrar	236 745,66 €
	Saldo exercício anterior	6 197 466,08 €
Despesas	Despesas previstas corrigidas	23 350 741,27 €
	Compromissos do exercício	18 424 067,68 €
	Despesas pagas no exercício	14 827 095,70 €
Excesso de despesa sobre receita	Receitas liquidadas + Saldo exercício anterior - despesas comprometidas	5 370 703,15 €
	Receitas cobradas + Saldo exercício anterior - despesas comprometidas	5 225 770,64 €
	Receitas cobradas + Saldo exercício anterior - despesas pagas	8 822 742,62 €

Da análise ao mapa é possível perceber a capacidade do município em gerar receita e também em comprometer despesas, mas uma menor capacidade em realizar despesa, o que se traduz no saldo de disponibilidade de 8.822.742,62€.

Análise Financeira, Económica e Patrimonial

Neste capítulo procedemos à agregação e análise dos dados de natureza patrimonial e financeira do município,

Ativo

Nesta secção apresentam-se os valores agregados das componentes do Ativo e analisamos o peso de cada uma das componentes.



Componentes do Ativo	2020
Ativo não corrente	58 097 422,65 €
Ativos fixos tangíveis	56 473 873,69 €
Propriedades de investimento	162 800,00 €
Ativos intangíveis	93 130,12 €
Participações financeiras	1 358 756,59 €
Devedores por empréstimos e subsídios reembolsáveis	8 862,25 €
Ativo corrente	10 087 512,05 €
Inventários	363 292,10 €
Devedores por empréstimos e subsídios reembolsáveis	1 200,00 €
Clientes contribuinte e utentes	211 211,67 €
Outras contas a receber	677 060,14 €
Caixa e depósitos	8 834 748,14 €
Ativo Total	68 184 934,70 €

O Município apresenta um ativo corrente que representa cerca de 15% do total do ativo, cuja componente de maior peso é a rúbrica das disponibilidades (caixa e depósitos), tendo as outras contas a receber, os clientes e os inventários um peso residual de aproximadamente 1% do total do ativo. Do lado do ativo não corrente temos os ativos fixos tangíveis com cerca de 83% do total do ativo.

Fundos Próprios (Património Líquido)

Nesta secção apresentam-se os valores que compõem o património líquido do município. Os fundos próprios, sendo a diferença entre o Ativo e o Passivo, representam o património líquido do município.

PATRIMÓNIO LÍQUIDO	2020
Património / Capital	19 863 965,56 €
Reservas	2 617 771,95 €
Resultados transitados	22 002 892,74 €
Ajustamentos em ativos financeiros	367 977,00 €
Outras variações no Património Líquido	17 263 055,93 €
Resultados líquidos do período	947 105,77 €
Total Património/Capital	63 062 768,95 €

Os fundos próprios do município totalizam sessenta e três milhões de euros o que representa cerca de 90% do total do ativo. A rúbrica dos resultados transitados é a que maior peso tem no total desta componente, seguida do património/capital.

Passivo

Nesta secção analisaremos o passivo corrente (exigível no curto prazo) e o passivo não corrente (exigível a médio e longo prazos), bem como a sua estrutura e peso relativo no total do passivo municipal.

Passivo Exigível	2020
Passivo não corrente	2 422 577,27 €
Provisões	59 904,22 €
Financiamentos obtidos	2 362 673,05 €
Passivo Corrente	2 699 588,48 €
Credores por transferências e subsídios	64 411,01 €
Fornecedores	155 906,01 €
Estado e outros entes públicos	148 470,09 €
Financiamentos obtidos	328 446,39 €
Fornecedores de investimentos	38 909,83 €
Outras contas a pagar	879 916,31 €
Diferimentos	1 083 528,84 €
Total Passivo	5 122 165,75 €

O Município apresenta um passivo na ordem dos cinco milhões de euros, em que o passivo não corrente represente 48% e o passivo corrente 52%. Para o componente do passivo não corrente, concorre essencialmente a dívida de empréstimos e para a componente do passivo corrente os diferimentos e as outras contas a pagar.

Rácios Financeiros

Neste capítulo pretendemos analisar alguns indicadores financeiros de forma a avaliar a situação financeira do município. Utilizamos para o efeito alguns dos indicadores recomendados pela Unileo,

Índice de Liquidez

Este indicador relaciona o ativo corrente, que inclui as disponibilidades, os inventários e as dívidas a receber, com o passivo corrente, que inclui a dívida de curto prazo.

Índice de Liquidez	2020
Ativo Corrente	10 096 374,30 €

Passivo Corrente	2 699 588,48 €
Cálculo do Índice	374%

O rácio de Liquidez geral apresente um indicador de 374%, evidencia em que medida as obrigações de curto prazo estão cobertas pelos ativos que podem ser convertidos em “liquidez” no prazo de um ano. O ativo do município cobre o passivo em cerca de 374%, o que se traduz num excelente resultado.

Índice de Autonomia Financeira

Índice de Autonomia Financeira	2020
Património Líquido	63 062 768,95 €
Ativo	68 184 934,70 €
Cálculo do Índice	92%

A Autonomia Financeira reflete a solidez financeira e a capacidade do Município para cumprir as suas obrigações não correntes. Ela representa a percentagem dos ativos totais do Município financiados pelo Património Líquido. Quanto maior for o seu valor, menor é o peso do passivo no financiamento dos ativos. O indicador apresentado reflete uma excelente autonomia financeira por parte do município.

Índice de Solvabilidade

Índice de Solvabilidade	2020
Património Líquido	63 062 768,95 €
Passivo	5 122 165,75 €
Cálculo do Índice	1231%

A Solvabilidade traduz a capacidade do Município cumprir os seus compromissos a médio e longo prazo. O conceito de solvabilidade contrapõe-se ao de liquidez, assumindo este último uma visão de curto prazo e a solvabilidade uma perspetiva de médio-longo prazo. O indicador apresentado superior a 100% traduz uma situação financeira bastante estável.

Prazo Médio de Pagamento (PMP)

Neste ponto iremos apresentar o cálculo do prazo médio de pagamento do município, calculado de acordo o definido no nº4 do Despacho n. 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de abril no DR nº 71, 2ª série Parte C.

Prazo Médio de Pagamento (PMP)	2020
Saldo médio de fornecedores	194 815,84 €
Saldo médio de compras + FSE	4 194 175,67 €
Cálculo do Índice (º dias)	17

O Prazo Médio de Pagamentos é o rácio que mede a celeridade (em dias) com que o Município costuma pagar as suas dívidas aos fornecedores. Com um valor de 17 dias, corresponde em média a uma situação ótima e que também tem sido uma imagem de marca do município de Mértola.

Outros indicadores relevantes para a análise financeira

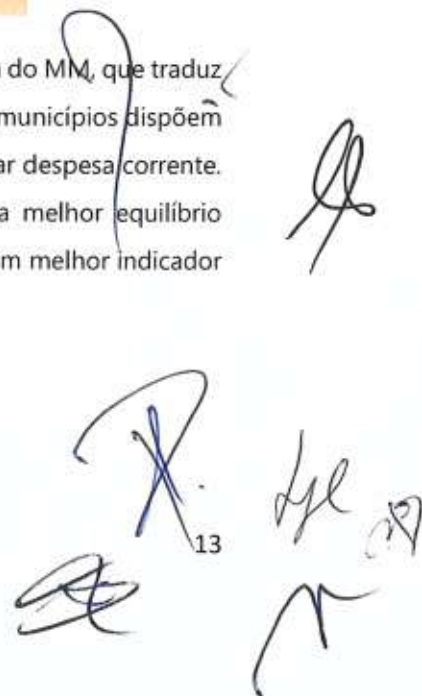
Equilíbrio Orçamental

Um dos indicadores que permite aduzir o ajustamento da despesa à receita certa e permanente dos municípios com vista à promoção da sua sustentabilidade financeira, é a comparação entre a receita bruta cobrada e despesa corrente paga acrescida dos pagamentos das amortizações de empréstimos de médio e longo prazos, nos termos dos artigos 40º e 83º da Lei 73/2013, de 30 de setembro.

Designação	2020
Receita corrente cobrada bruta	14 105 386,67 €
Despesa corrente paga	10 249 839,21 €
Amortizações de empréstimos	393 000,00 €
Total da despesa acrescida das amortizações	10 642 839,21 €
Saldo corrente deduzido das amortizações	3 462 547,46 €
Saldo corrente / receita corrente	75%

O quadro mostra a relação entre as duas componentes da estrutura financeira do MM, que traduz o estado de equilíbrio orçamental, que se cifra em 75%. Significa isto que os municípios dispõem ainda de uma margem de 25% para poder continuar a comprometer e realizar despesa corrente. De acordo com o anuário financeiro de 2019, o município que apresenta melhor equilíbrio orçamental situa-se nos 67,2%, o que nos inclui no conjunto de município com melhor indicador nesta avaliação.

Independência Financeira



13

Este indicador relaciona as receitas própria com as receitas totais para aferir o grau de independência financeira do município. Considera-se que existe independência financeira nos casos em que as receitas próprias representam, pelo menos, 50% das receitas totais.

Designação	Valor cobrado 2020	%
Receitas Próprias	3 162 952,69 €	18%
Cap. 01 - Impostos diretos	1 512 597,91 €	
Cap. 04 - Taxas	53 376,15 €	
Cap. 05 - Rendimentos de propriedade	536 626,29 €	
Cap. 07 - Venda de bens e serviços	978 472,85 €	
Cap. 08 - Outras receitas correntes	25 713,16 €	
Cap. 09 - Venda de bens de investimento	36 402,96 €	
Cap. 11 - Ativos financeiros	2 487,54 €	
Cap. 13 - Outras receitas de capital	17 275,83 €	
Transferências	14 288 291,52 €	82%
Cap. 06 - Transferências correntes	10 998 600,31 €	
Cap. 10 - Transferências de capital	3 289 691,21 €	
Receitas Totais	17 451 244,21 €	

O MM apresenta uma independência financeira de 18%, indicador esse que se tem mantido constante alguma dos últimos anos, e que evidencia uma elevada dependência financeira. De acordo com o anuário financeiro de 2019, os 187 município de pequena dimensão, onde se inclui o MM, apresentam em média uma independência financeira de 28,9%, o que revela bem a dificuldade dos municípios de menor dimensão em atingir os 50%, que representaria uma situação de independência financeira.

Endividamento

O endividamento municipal é calculado de acordo com o artigo 52º da 73/2013 de 03 de setembro.

Envidamento	2020
Média da receita cobrada nos últimos 3 anos	13 027 697,79 €
Média da receita acrescida de 1,5	19 541 546,69 €
Divida do Município a 31/12/2020	3 831 536,13 €
Contribuição das entidades do SEL	210 945,44 €
Capacidade endividamento	79,31%

De acordo com a informação disponível a 31/12/2020, o município de Mértola esgotou apenas cerca de 20% da sua capacidade de endividamento e tem por isso margem para se continuar a endividar na ordem dos 80%. De acordo com o mesmo artigo os municípios só podem aumentar em cada ano, 20% da margem disponível, o que represente cerca de três milhões de euros.

Contabilidade de Gestão

O município de Mértola implementou a contabilidade analítica/contabilidade há já alguns anos e ao longo do tempo tem vindo a introduzir melhorias que a tornam hoje um importantíssimo instrumento de gestão e de decisão para as mais diversas áreas de intervenção do município.



Apresentamos de seguida uma tabela resumo com os valores apurados em 2020, por função, evidenciando as funções que apresentam maior volume de despesa, que analisaremos mais detalhadamente no próximo ponto.

Funções	Custos da Função_2020		
	Total Custos Função	Custos Diretos a Bens e Serviços	Custos Indiretos a Bens e Serviços
111 - Administração Geral	2 693 765,76 €	855 772,64 €	1 837 993,12 €
121 - Proteção civil e luta contra incêndios	231 820,24 €	74 117,74 €	157 702,50 €
211 - Ensino não superior	685 770,10 €	309 645,89 €	376 124,21 €
232 - Ação social	221 996,40 €	63 207,54 €	158 788,86 €
241 - Habitação	188 975,47 €	185 700,47 €	3 275,00 €
243 - Saneamento	861 671,44 €	849 074,14 €	12 597,30 €
244 - Abastecimento de água	1 155 638,61 €	876 215,37 €	279 423,24 €
245 - Resíduos sólidos	320 187,39 €	292 613,00 €	27 574,39 €
246 - Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	514 639,15 €	291 912,89 €	222 726,26 €
251 - Cultura	612 518,29 €	338 236,11 €	274 282,18 €
252 - Desporto, recreio e lazer	691 402,72 €	361 436,30 €	329 966,42 €
253 - Outras atividades cívicas e religiosas	84 459,61 €	81 571,07 €	2 888,54 €
320 - Indústria e energia	297 152,32 €	262 089,06 €	35 063,26 €
331 - Transportes rodoviários	2 044 092,11 €	2 044 092,11 €	0,00 €
342 - Turismo	353 957,46 €	245 299,13 €	108 658,33 €

Para cada uma das funções concorrem custos diretos e indiretos, sendo que para a componente dos custos diretos, concorrem despesas relacionadas com mão de obra direta, máquinas e viatura, materiais e outros custos diretos. Apresentaremos de seguida a função 111, 244 e 331 discriminada por tipologia de despesa. Da análise da tabela anterior percebe-se que a função 111 é a que apresenta um maior volume de despesa, nomeadamente resultado dos custos indiretos. Para este volume de despesa concorre os custos relacionados com a mão-de-obra indireta associada a esta função e que na prática são os custos das remunerações de todos os colaboradores associados à componente administrativa da organização. Os custos indiretos associados à função 244 resultam essencialmente das depreciações associadas a bens afetos a esta função.

M.L.

Funções	Custos Diretos a Bens e Serviços				
	Materias	Mão de obra	Máquinas e viaturas	Outros Custos diretos	Total custos diretos
111 - Administração Geral	64 019,08 €	5 503,48 €	773,65 €	785 476,43 €	855 772,64 €
244 - Abastecimento de água	30 231,31 €	38 864,25 €	66 511,36 €	740 608,45 €	876 215,37 €
331 - Transportes rodoviários	196 106,70 €	158 633,88 €	205 599,67 €	1 483 751,86 €	2 044 092,11 €

Os outros custos diretos associados à função 111, incluem as depreciações dos imoveis e bens afetos à componente administrativa da organização, custos com energia e prestações de serviços associados a esta área de atividade. A mão-de-obra direta e os custos com máquinas e viaturas, resultam das folhas de obra referente aos serviços de manutenção e reparações dos edifícios municipais. Os materiais incluem, os produtos de higiene e limpeza, de proteção, combustível associada às viaturas afetas à componente administrativa da organização.

Relativamente á função 244, verifica-se um maior peso dos "outros custos diretos", que incluem a compra de água à AGDA, custos com energia, custos com recursos humanos afetos à manutenção das Etas Reservatórios, custos com a realização de análises laboratoriais, depreciações etc. A mão-de-obra direta são dos funcionários associados às folhas de obra, assim como as viaturas e máquinas para a reparação e construção de redes ou ramais. Os materiais, incluem por exemplo, tudo o que sai de armazém para se afetar à construção de redes e ramais.

Na função 331, verifica-se um peso maior na componente "outros custos diretos" que incluem fundamentalmente os custos com as depreciações, mas também custos de energia com parquímetros e semáforos e outras prestações de serviços relacionados com a função. A mão-de-obra direta são os colaboradores associados á folha de obra, assim como as viaturas e máquinas, para manutenção e construção de estradas e arruamentos. Os materiais incluem, principalmente, emulsão betuminosa, britas, bago de arroz, areia, etc.

Handwritten signatures and initials, including a large stylized signature at the top right, a signature with a date '17' below it, and other initials at the bottom right.

CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA

Reconciliação para Balanço de Abertura do SNC-AP (2002 até 01/01/2020)

Rubricas do Balanço	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=[(2)+.....+(9)]
ATIVO										
Ativo não corrente										
Ativos fixos tangíveis		54.268.997,25	0,00	0,00	-711.158,74	0,00	0,00	0,00	-149.462,26	53.408.376,25
Propriedades de investimento		3.767.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.200,00	3.800.200,00
Ativos intangíveis		179.407,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	116.292,26	295.699,69
Ativos biológicos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações financeiras		960.530,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	960.530,19
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		12.432,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.432,25
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo corrente										
Inventários		369.876,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	369.876,32
Ativos biológicos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes		152.605,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	152.605,66
Estado e outros entes públicos		2.975,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.975,33
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber		596.563,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	596.563,03
Diferimentos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos financeiros devedores para negociação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos não correntes devedores para venda		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Caixa e depósitos		6.285.324,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.285.324,58
PATRIMÓNIO LÍQUIDO										
Património/Capital		19.863.716,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.863.716,16
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas		2.532.000,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.532.000,68
Resultados transitados		21.529.251,96	0,00	0,00	-711.158,74	0,00	0,00	149.463,05	0,00	20.967.546,30
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00




Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações no Patrimônio Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	857 712,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	857 712,72
Dividendos antecipados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Interesses que não controlam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PASSIVO

Passivo não corrente

Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	3 583 988,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 583 988,29
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Passivo corrente

Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	1 128,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 128,29
Fornecedores	174 361,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	174 361,34
Antecipamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	134 046,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	134 046,99
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	417 325,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	417 325,76
Fornecedores de investimentos	96 466,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	96 466,13
Outras contas a pagar	825 235,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	825 235,13
Diferimentos	16 824 498,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16 824 498,78
Passivos financeiros devedores para negociação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.

M.I.